



Fundação Carlos Chagas

TEXTOS FCC

N.º 1/89

**TENDÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA
BRASILEIRA NOS ANOS SETENTA E OITENTA:
ALGUMAS COMPARAÇÕES REGIONAIS**

Cristina Bruschini

Departamento de Pesquisas Educacionais

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Nº 1/89

TENDÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA
BRASILEIRA NOS ANOS SETENTA E OITENTA:
ALGUMAS COMPARAÇÕES REGIONAIS

Cristina Bruschini

ABRIL 1989

SÃO PAULO

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DIRETORIA

Rubens Murillo Marques
Diretor Presidente

Gerhard Malnic
Diretor Vice-Presidente

Nelson Fontana Margarido
Diretor Secretário Geral

Catharina Maria Wilma Brandi
Diretora Secretária

Reinholt Ellert
Diretor Tesoureiro Geral

Eugênio Aquarone
Diretor Tesoureiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Coordenação

Bernardete Angelina Gatti

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca Ana Maria Poppovic

BRUSCHINI, Cristina

B924t

Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais / Cristina Bruschini. - São Paulo: FCC/DPE, 1989.

: tab. - (Textos FCC; 1)

1. MULHER - TRABALHO 2. MULHER-TRABALHO-BRASIL 3. FORÇA DE TRABALHO I. Título

CDU 396.5(81)

TENDÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA BRASILEIRA NOS ANOS
SETENTA E OITENTA: ALGUMAS COMPARAÇÕES REGIONAIS

Cristina Bruschini

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	
1. Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o trabalho da Mulher.....	4
2. Crescimento e crise: os anos setenta e oitenta	9
3. A força de trabalho feminina.....	14
3.1. A PEA feminina segundo fatores individuais e familiares - idade, estado conjugal, presença de filhos e escolaridade.....	18
3.2. A PEA feminina segundo fatores estruturais - setores de atividade, estrutura ocupacional e desigualdades salariais.....	31
4. Desemprego.....	51
5. Resumo e Discussão.....	57
Tabelas.....	64
Fontes das Tabelas	102
Referências Bibliográficas	106

RELAÇÃO DE TABELAS

- Tabela 1 — Taxas de Atividade Masculinas e Femininas
- Tabela 2 — Evolução da PEA Masculina e Feminina (em milhões) no período 70-85
- Tabela 3 — Participação Percentual Feminina na População Economicamente Ativa — 1970 a 1985
- Tabela 4 — Taxas Masculinas e Femininas de Atividade Econômica por Idade e Situação do Domicílio — Brasil
- Tabela 4.1 — Taxas Masculinas e Femininas de Atividade Econômica por Idade e Situação do Domicílio — São Paulo
- Tabela 4.2 — Taxas Masculinas e Femininas de Atividade Econômica por Idade e Situação do Domicílio — Nordeste
- Tabela 4.3 — Taxas Masculinas e Femininas de Atividade Econômica por Idade e Situação do Domicílio — Minas e E. Santo
- Tabela 5 — Taxas de Atividade Feminina por Estado Conjugal
- Tabela 6 — Distribuição Percentual das Pessoas Economicamente Ativas por Estado Conjugal e Sexo Segundo o Setor de Atividade — Brasil/1980
- Tabela 6.1 — Distribuição Percentual das Pessoas Economicamente Ativas por Estado Conjugal e Sexo Segundo o Setor de Atividade — São Paulo/1980
- Tabela 6.2 — Distribuição Percentual das Pessoas Economicamente Ativas por Estado Conjugal e Sexo Segundo o Setor de Atividade — Nordeste/1980
- Tabela 6.3 — Distribuição Percentual das Pessoas Economicamente Ativas por Estado Conjugal e Sexo Segundo o Setor de Atividade — Minas Gerais e Espírito Santo/1980
- Tabela 7 — Taxas de Atividade Feminina por Número e Idade dos Filhos — Brasil e regiões
- Tabela 8 — Taxas de atividade feminina por Número de filhos e situação do domicílio — Brasil e Regiões.

- Tabela 9 — Taxas de Atividade Feminina por Número e Idade dos Filhos e Renda Familiar Per Capita — Brasil e regiões
- Tabela 10 — Taxas Masculinas e Femininas de Atividade por Escolaridade
- Tabela 11 — Taxas de Atividade Feminina por Escolaridade e Estado Conjugal
- Tabela 12 — Distribuição da População Ocupada Masculina e Feminina por Setor de Atividade — Brasil
- Tabela 12.1 — Distribuição da População Ocupada Masculina e Feminina por Setor de Atividade — São Paulo
- Tabela 12.2 — Distribuição da População Economicamente Ativa Masculina e Feminina por Setor de Atividade — Nordeste
- Tabela 12.3 — Distribuição da PEA Masculina e Feminina por Setor de Atividade — Minas Gerais e E. Santo
- Tabela 13 — Participação Feminina nos Empregos do Mercado Formal por Setor de Atividade e Área Geográfica — 1985
- Tabela 14 — Relação entre Mercado de Trabalho Global e Mercado Organizado — Brasil e São Paulo, 1985
- Tabela 15 — Distribuição Percentual de Empregos no Setor Formal por Região e Sexo, Segundo a Natureza do Vínculo em 1985
- Tabela 16 — Porcentagem de Empregados e Empregadas que Não Possuem Carteira Profissional Assinada pelo Empregador
- Tabela 17 — Distribuição Percentual da PEA Masculina e Feminina por Grupos Ocupacionais
- Tabela 18 — Distribuição da PEA Feminina por Algumas Ocupações
- Tabela 19 — Mediana do Rendimento Médio Mensal da PEA por Sexo e Grupos Ocupacionais — 1980
- Tabela 20 — Mediana do Rendimento Médio Mensal da PEA por Sexo e Alguns Grupos Ocupacionais Seleccionados — 1980
- Tabela 21 — Mediana do Rendimento Médio Mensal da PEA por Sexo, em Algumas Ocupações "Femininas" — 1980
- Tabela 22 — Mediana da Remuneração (em Salários Mínimos) no Mês de Dezembro dos Empregos em 31.12.85, Segundo a Região, o Sexo e Tempo de Serviço

- Tabela 23 — Mediana da Renda Mensal, em Salários Mínimos, no Mercado de Trabalho Global e no Mercado Formal, por Sexo e Regiões — 1980 e 1985
- Tabela 24 — Mediana da Renda Mensal em Salários Mínimos, no Mercado de Trabalho Formal (RAIS) por Setor de Atividade, Sexo e Região, em 31.12.85
- Tabela 25 — Taxas Médias Anuais de Desocupação das Pessoas de 15 Anos ou Mais — Regiões Metropolitanas, 1983 a 1986
- Tabela 26 — Taxas de Desemprego Médio Anual por Sexo e Algumas Faixas Etárias — Regiões Metropolitanas, 1986
- Tabela 27 — Taxas de Desocupação na Região Metropolitana da Grande São Paulo — 1986
- Tabela 28 — Taxas de Desemprego e Distribuição dos Desempregados, Segundo Tipo de Desemprego, por Sexo — Grande São Paulo — outubro de 1984 a agosto de 1985

TENDÊNCIAS DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA BRASILEIRA NOS ANOS
SETENTA E OITENTA: ALGUMAS COMPARAÇÕES REGIONAIS¹

Cristina Bruschini²

Este artigo consiste na versão condensada e preliminar de um diagnóstico sobre o trabalho da mulher brasileira nos anos setenta e oitenta, que está sendo realizado nas regiões de São Paulo, Nordeste, Sul e Sudeste, sob nossa coordenação.

A primeira versão deste Diagnóstico foi elaborada no início de 1985, por solicitação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e teve por objetivo apresentar, na reunião comemorativa de encerramento da Década da Mulher, em Nairobi, um perfil da trabalhadora brasileira e paulista³. Tendo em vista esta finalidade, o estudo privilegiou a análise de estatísticas globais sobre a participação econômica feminina, como as que são apresentadas nos Recenseamentos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), sempre examinadas criticamente, na medida em que subestimam grande parte da contribuição feminina à produção social. Na primeira versão foram examinados apenas dados publicados, referentes aos anos 70 e 80 (Censos), 76 e 83 (PNAD), para o Brasil e Estado de São Paulo.

Em sua segunda versão, revista e atualizada, o Diagnóstico toma como limite superior o ano de 1985 e introduz novas informações provenientes de outras fontes e documentos. Algumas tabula-

¹ Trabalho apresentado na reunião intermediária do GT Mulher na Força de trabalho, da ANPOCS, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1988.

² Socióloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

³ Bruschini, Cristina. Mulher e Trabalho: uma avaliação da Década da Mulher, Nobel/CECF, 1985.

ções especiais foram obtidas e cruzamentos mais elaborados foram possibilitados graças ao acesso a métodos computadorizados. Mas este novo Diagnóstico se beneficia, principalmente, da possibilidade de comparar informações restritas anteriormente ao país e a um único estado, com outras regiões, selecionadas a partir de critérios como a disponibilidade de recursos e a presença de pessoas capazes de realizar o trabalho. Três regiões apenas, além de São Paulo, puderam participar. A opção pelas escolhidas, Nordeste (Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia), Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) seguiu uma combinação de critérios que vão desde a extrema diversidade que separa o Nordeste do Sul, até a presença de pessoas comprometidas com essa área de pesquisa e dispostas a acionar seus elos com os Núcleos de Estudos sobre Mulher ou com a própria Universidade para montar e coordenar uma equipe envolvida com o projeto.

A partir da escolha de um núcleo estadual, as regiões foram definidas seguindo o critério de divisão regional adotado pelo IBGE, uma vez que suas publicações seriam utilizadas. No caso das regiões Sul e Nordeste, a mesma classificação vem sendo utilizada ao longo dos anos em todos os documentos; mesmo quando os dados não são publicados separadamente, como na PNAD 76, eles podem ser comparados ao longo do tempo. Da mesma forma, os dados apresentados globalmente por região são sempre sujeitos a comparação.

O caso de Minas Gerais é mais complexo, pois sua inserção regional variou ao longo do tempo. A comparação a partir da PNAD 76 requer que se considerem necessariamente juntos os estados de Minas Gerais e de Espírito Santo, uma vez que naquele levantamento os dois formavam uma só região, a IV, cujos dados não foram publicados separadamente por estado.

Tomando como modelo o trabalho realizado anteriormente em São Paulo, equipes regionais efetuaram coleta semelhante de informações sobre o trabalho da mulher, a serem posteriormente sistematizadas e comparadas no núcleo central do projeto⁴.

No estágio atual do projeto, a primeira versão dos relatórios regionais foi enviada à coordenação, mas nem sempre pôde ser acompanhada de todas as informações desejáveis. Em alguns casos os dados foram organizados de tal forma que dificultam sua análise ao longo do período ou a comparação entre as várias regiões. Essas dificuldades deverão ser contornadas a partir de agora, quando se preparam nas regiões as versões finais, e em São Paulo uma comparação sistematizada que deverá dar por encerrada a pesquisa.

Este artigo reúne, portanto, informações ainda não inteiramente sistematizadas entre as regiões envolvidas com o projeto; além de São Paulo e Brasil, foram incluídas apenas as regiões Nordeste e Sudeste, visto que as tabelas da região Sul não foram obtidas a tempo. A região Sudeste, por sua vez, apresenta dificuldade de outra ordem; os dados de Minas Gerais e Espírito Santo, que a compõem, nem sempre são agregados para permitir a comparação com 1976, mas freqüentemente são apresentados separadamente, visando realçar especificidades do trabalho feminino em cada estado.

De resto, como no primeiro diagnóstico, o panorama traçado, basicamente, é o da composição da força de trabalho feminina ou população economicamente ativa (PEA), tal como é definida nas estatísticas oficiais, e suas transformações ao longo dos anos 70 e 80 segundo variáveis estruturais, individuais e familiares. Pro-

⁴ No Nordeste a pesquisa esteve a cargo do Prof. Heraldo Souto Maior, da Universidade Federal de Pernambuco; em Minas Gerais ela foi realizada por Cristina Filgueiras, da Faculdade de Educação e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, da Universidade Federal de Minas Gerais e na região Sul o projeto foi conduzido pela Profa. Tereza Burmeister, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

curando romper falsas dicotomias, os dados sobre o trabalho feminino são apresentados em comparação com aqueles referentes à força de trabalho masculina. Uma parte substantiva do trabalho feminino, como sabemos, não está evidenciada nas fontes utilizadas. Ao nível do referencial teórico, contudo, estará presente permeando toda a análise.

1. Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o trabalho da mulher

Como já afirmamos em trabalhos anteriores, os conceitos e os procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho, baseados nas atividades econômicas desempenhadas pelo homem, mais do que desvendar, sempre ocultaram a contribuição feminina. Tomando como modelo o trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas mais avançados, os critérios de captação de informações sobre trabalho se mostraram inadequados tanto para países cuja estrutura econômica se assenta sobretudo em atividades informais e agrícolas, de caráter descontínuo ou sazonal, quanto para perceber a atividade econômica da mulher. Pois o trabalho feminino é marcado pela descontinuidade e pela intermitência de entradas e saídas no mercado, através das quais a mulher procura manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas.

Na verdade, se for considerada como trabalho toda atividade socialmente necessária, o trabalho da mulher estará em toda parte: no preparo da comida, na limpeza das casas e das roupas, na organização e gerência do lar, na formação das futuras gerações

e em inúmeros outros afazeres que só se tornaram visíveis com o amadurecimento dos estudos e pesquisas sobre a mulher.

Atualmente já se pode afirmar, com alguma certeza, que existe consenso em relação a certas questões fundamentais para entender a participação feminina na sociedade como um todo e no trabalho em particular: a primeira delas diz respeito à redefinição do conceito de trabalho, tanto do ponto de vista teórico quanto operacional, ampliando-o para que nele caibam muitas tarefas que fazem parte da vida cotidiana das mulheres e de outros membros da sociedade.

Outra questão se refere ao fato de que a mulher, mais do que o homem, tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou restringida, em maior ou menor escala, por características biológicas, pessoais, familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação na atividade produtiva.

A participação dos indivíduos do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura do emprego ou pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e pela classe social à qual pertence o grupo doméstico. Filha, esposa ou mãe, a cada etapa do ciclo de vida familiar corresponderão determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, dadas as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas. É somente na ótica deste duplo movimento que se pode entender a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações ao longo dos anos analisados.

Sarti (1985) descreve os principais rumos teóricos seguidos pelo debate que se travou no país em torno da questão do trabalho feminino e que possibilitou o amadurecimento dessas questões. Os primeiros estudos, ao final da década de 60, tiveram como foco central a incorporação ou expulsão do trabalho feminino no Brasil,

no contexto da expansão do capitalismo. Deixando de lado, naquele momento, obstáculos culturais decorrentes da função reprodutiva da mulher na sociedade, as pesquisas afirmavam que o trabalho feminino se dava em resposta aos movimentos de atração ou rejeição do mercado.

Mais tarde as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram novo rumo quando o problema central tornou-se a articulação do espaço produtivo com a família enquanto esfera de reprodução, implicando procriação e trabalho doméstico.

Um passo importante foi dado quando o trabalho feminino, tanto na zona rural quanto na urbana, passou a ser entendido como parte integrante e indispensável das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção ou ascensão social. A atividade exercida pela mulher, segundo essa forma de interpretação, não é mais analisada apenas na perspectiva da mulher/indivíduo; ao contrário, esta complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas é percebida como um arranjo do grupo doméstico como um todo.

Os estudos mais recentes concebem o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho, que seria um princípio organizador baseado na pré-existência de relações sociais entre os sexos. Segundo esta linha de pensamento, os espaços produtivos seriam segregados, definindo-se qualificações e características próprias para cada tarefa, conforme o sexo de quem a executa (Sarti, op. cit., citando Hirata e Humphrey, 1984).

Apesar do avanço na reflexão teórica sobre o trabalho feminino que esta nova corrente aporta, ainda resta esclarecer quais os processos históricos definidores de tais espaços, bem como alertar para a hierarquia implícita na divisão sexual apontada, caso contrário ela acaba por assumir ares de divisão "natural", própria à biologia de cada sexo.

Ao nível dos levantamentos e análises de dados sobre o trabalho feminino, os rumos seguidos acompanharam de perto esse debate. O uso de estatísticas oficiais, a princípio de forma acrítica, foi substituído, em certo momento, por estudos de natureza mais antropológica, de pequeno mas mais profundo alcance, capazes de apreender formas de trabalho feminino que os grandes números não mostravam, como o trabalho a domicílio, a pequena produção caseira e o trabalho doméstico. Simultaneamente, houve um sério trabalho de crítica ao dado oficial, a partir do novo referencial teórico (IUPERJ, 1979). Hoje parece inquestionável a necessidade de recorrer a todas as fontes possíveis, complementando abordagens globalizantes, descritivas porém de maior alcance, com o aprofundamento permitido por técnicas qualitativas como os orçamentos de tempo, as histórias de vida e as entrevistas.

Nos levantamentos censitários, o enfoque de Força de Trabalho ou População Economicamente Ativa (PEA) começou a ser utilizado desde a década de 30 (Wainerman e Lattes, 1981, Nações Unidas, 1984). Nesta forma de captar a atividade econômica dos indivíduos, admite-se apreender a mobilidade e procura-se verificar se as pessoas estão efetivamente ocupadas no período examinado, ou desocupadas, isto é, procurando trabalho. Pensado para países de economia capitalista, o conceito não considera um fenômeno extremamente importante em países cuja economia não se caracteriza por ser de mercado. Trata-se do subemprego, ou a situação das pessoas que têm um emprego de duração inferior à normal e que estão buscando um trabalho complementar (Wainerman e Lattes, op. cit., Nações Unidas, op. cit.).

Outro problema diz respeito ao período de referência para a coleta das informações que, por ser curto, costuma deixar de lado trabalhadores ocasionais ou sazonais, coisa que é bastante comum sobretudo nas atividades agrícolas. Se tais vieses afetam a captação de todo o contingente de trabalhadores, mais ainda alteram a medição do trabalho feminino, o qual, mais frequentemente que o do homem, é instável, sazonal e não-remunerado. Agrava-se mais a questão quando se consideram vieses próprios à condição feminina. O papel de dona-de-casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, é contabilizado nesse tipo de coleta como inatividade econômica, fato que tem sido criticado por alguns estudos (Bruschini e Madeira, 1983). Dada a maior difusão e aceitação social dessa função feminina, é bastante provável que ela seja declarada como a principal ocupação da respondente, mesmo quando ela exerce também outro tipo de tarefa. Esse viés poderá ser agravado conforme a ordem de apresentação das alternativas de resposta ou a postura do entrevistador caso este, imbuído de preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade, tenda a classificá-la na função, para ele prioritária, de dona-de-casa.

No setor agrícola ou mesmo em muitas atividades informais na zona urbana, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, seja ao nível do concreto, seja na representação do respondente, a mulher será, com probabilidade elevada, classificada como "inativa". As estatísticas sobre a participação econômica feminina, portanto, devem ser analisadas com extrema cautela, pois além de revelarem apenas a parcela não-doméstica da contribuição da mulher à sociedade, tendem ainda a subestimá-la.

2. Crescimento e crise: anos setenta e oitenta

O capitalismo brasileiro exibe, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, um grande dinamismo, que pode ser explicado, segundo Serra (1982) pela conjugação de fatores como a imensa base de recursos naturais, o tamanho do mercado interno, a vigorosa atuação do Estado na economia e a acomodação de interesses entre capital nacional e estrangeiro. O Produto Interno Bruto cresceu dez vezes no período 45 a 80; a indústria manufatureira, motor principal desse crescimento, aumentou 17,5 vezes, enquanto a produção agrícola reduziu de 1/3 para 1/8 sua participação no PIB no mesmo período. Profundas mudanças na estrutura social acompanharam as transformações na economia; entre elas a porcentagem de residentes em áreas urbanas dobrou, pressionando o Estado no sentido de prover infra-estrutura de transporte, energia e saneamento básico.

Nos anos 70, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização configuram um momento de crescimento econômico favorável à incorporação de novos trabalhadores. A sociedade brasileira passa por transformações de ordem econômica, social e demográfica que repercutem consideravelmente sobre o nível e a composição interna da força de trabalho. As taxas de crescimento econômico e os níveis de emprego aumentam expressivamente. Ampliam-se as oportunidades de trabalho para grandes camadas da população. Intensifica-se o grau de formalização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que prossegue, em ritmo cada vez mais intenso, o processo iniciado em décadas anteriores, de transferência da população ativa do setor primário para o secundário.

rio e o terciário. O país consolida sua industrialização, moderniza o seu aparato produtivo, tornando-se industrializado e urbano.

Infelizmente, esse crescimento econômico realiza-se às custas do aumento das desigualdades sociais e da concentração da renda nas mãos de poucos privilegiados. A queda dos salários reais de grande parte da população, apesar do inegável crescimento econômico, resultou em grande parte do sistema político autoritário em vigor, que restringiu o poder de barganha e a liberdade sindical dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que criou mecanismos facilitadores da rotatividade da mão-de-obra (Serra, 1982).

Nos últimos anos da década de 70 e início dos anos 80, o país assiste ao desencadear de uma aguda crise econômica, que provocou elevadas taxas inflacionárias, desemprego e deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. Ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, nos quais as condições básicas de vida foram há muito atendidas, a renda é mais elevada e os trabalhadores dispõem de mecanismos de proteção como o seguro-desemprego, a recessão econômica no Brasil compromete de forma direta as condições básicas de vida de grande massa da população, cujas famílias dependem dos rendimentos da mão-de-obra não qualificada e dos investimentos públicos na área social (Serra, 1982).

O início dos anos 80 marca a interrupção de um longo período de crescimento da economia brasileira, com queda do produto interno bruto e retração da indústria de transformação, principalmente bens de consumo durável e bens intermediários. Tendo ancorado seu crescimento no endividamento externo, o país vinha sofrendo os efeitos dos programas de estabilização econômica implementados pelos países industrializados desde as crises do petróleo na segunda metade da década de 70. Desequilíbrios na balança de pagamentos

levam o Governo, nos primeiros anos de 80, a negociar com o Fundo Monetário Internacional, apesar de intensas resistências políticas. As medidas econômicas decretadas a seguir têm profundo impacto recessivo, provocando o declínio do produto nacional bruto (Cacciamali, 1988).

A intensidade da recessão econômica dos primeiros anos da década de 80 modifica o quadro de crescimento da década anterior, provocando aumentos nas taxas de desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal, e refletindo-se no aumento de autônomos e no subemprego, escondido sob a forma de "bicos" ou "quebra-galhos".

Na primeira metade de 80 e principalmente em 83, o setor terciário teve papel fundamental no sentido de evitar maiores quedas no nível de emprego. Os ramos que mais se destacaram na geração de empregos foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais, a administração pública e alguns outros, como as instituições financeiras. No final de 83 a indústria brasileira tinha alterado sua composição em favor de bens de exportação, que ajudariam o país a sair da recessão a partir da segunda metade do ano seguinte, graças à recuperação da economia mundial. A retomada dos níveis de atividade porém, foi insuficiente para restabelecer os níveis anteriores. A partir de então a indústria não responderia sozinha pela criação de empregos. Serviços sociais e pessoais, bem como serviços comerciais, financeiros e governamentais que compõem o setor terciário da economia passam a responder pela retomada do crescimento da economia. O setor público, apesar da política de estabilização, expande a geração de empregos, movido por razões eleitorais (Cacciamali, 1988).

A partir de 84 a economia brasileira retoma seu ritmo de crescimento, apoiada sobretudo no aumento das exportações. Ditada

por razões de ordem política, dado o fim do regime militar, a política econômica expansionista adotada a partir de então provoca elevação do salário médio, com conseqüências estimulantes sobre a produção. Em 84 a economia brasileira cresce a uma taxa de 5,7%, que se amplia para 8,3% no ano seguinte (Gomes, 1987).

Embora esse processo de crescimento e crise tenha ocorrido em todas as regiões analisadas, algumas peculiaridades devem ser ressaltadas.

Em Minas Gerais, estado de base social e econômica fundamentalmente agrária, sustentada pela produção cafeeira para exportação, a industrialização tomou impulso na década de 50, com a implantação das indústrias siderúrgicas. A década de 70 representou um verdadeiro "boom" econômico, com ocorrência de altas taxas de crescimento e lucratividade. De 1972 a 76 o ritmo de expansão do PIB mineiro superou o nacional, com elevadas taxas de crescimento, que tenderiam ao declínio a partir de 77. A crise econômica da década de 80, que atingiu intensamente o estado, provocou queda no emprego, minimizada apenas pelo setor de administração pública, que manteve seu crescimento. Baseada também na monocultura do café, a economia do Espírito Santo era predominantemente rural. A partir de 70 são implantados no estado grandes projetos industriais nos complexos siderúrgico, petroquímico e portuário, viabilizados pela associação entre capital estrangeiro e recursos públicos. Como foram implantados nas proximidades da capital do estado, sua população triplicou em duas décadas, vivendo em precárias condições urbanas. Em 1983, terminada a fase de construção das indústrias, milhares de trabalhadores ficaram desempregados, com a redução do mercado de trabalho no estado e acentuação dos efeitos da crise econômica (Filgueiras, 1988).

Historicamente dedicada à produção da cana, até a década de 50 a economia nordestina revelou fraco desempenho; as primeiras

tentativas de industrialização foram inviabilizadas tanto por condições locais, entre elas o flagelo das secas, quanto pela heterogeneidade das economias regionais: revelando grande dinamismo, a produção industrial do Sudeste, por exemplo, passou a concorrer com o Nordeste até mesmo em seus produtos tradicionais, como a cana, o açúcar e o algodão (Jatobá, 1986, Brasil, 1985). Programas especiais, conduzidos pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), no final dos anos 50, com fartos subsídios do governo federal, não foram suficientes para sanar as deficiências da economia local. Apesar disso, a região apresentou crescimento econômico no período 60 a 80, sem contudo reduzir as desigualdades sociais e a sub-remuneração do trabalho. O crescimento econômico da década de 70 expande o emprego não-agrícola, embora com predomínio das atividades informais e da sub-remuneração. Durante a crise dos anos 80 a 83, a oferta de força de trabalho nas cidades se intensifica por efeito da migração provocada pela seca que assolou a região desde 79. A queda do poder de compra dos salários leva mais membros das famílias à procura de emprego, mas a ocupação se expande apenas nos mercados caracterizados pela ausência de contrato, ausência de remuneração e auto-emprego (Jatobá, 1986).

A intensa atuação do setor público, através da adoção de políticas compensatórias, provocaria, entretanto, no Nordeste um impacto mais reduzido da recessão que assolou o país nos anos 81-83 (Gomes, 1987). Pelo menos duas medidas foram adotadas pelo governo federal para proteger o Nordeste dos efeitos da crise: a abertura de frentes de trabalho e a geração de empregos na administração pública. No primeiro caso a SUDENE contratou o impressionante volume de 3 milhões de pessoas, equivalente a 22% da PEA global e 45% da PEA rural, para a construção de açudes, estradas e outras obras, a fim de conter a pressão da massa de desempregados sobre a zona urbana. No setor público o emprego durante a crise cresceu

7,6% ao ano. Embora esse setor tenha ampliado o emprego em todo o país nesse período, a uma taxa de 5,2% ao ano, no Nordeste esta estratégia foi muito mais intensa, seja devido à política protecionista adotada pelo governo, seja porque nessa região os esquemas de sustentação política do governo são muito mais dependentes das práticas do empreguismo do que nas demais regiões do país. Ainda que esta atuação tenha provocado o crescimento da economia nordestina e seu melhor desempenho em relação ao país como um todo nos anos da crise, a longo prazo ela é geradora de improdutividade e de total dependência desta região da máquina administrativa federal, com conseqüências previsivelmente danosas (Gomes, 1987).

No que diz respeito ao trabalho feminino, objetivo central deste artigo, a conjuntura econômica dos anos setenta e oitenta, que oscila entre crescimento e crise, tem conseqüências particulares: como veremos a seguir, a participação da mulher em atividades econômicas cresce vertiginosamente e se mantém elevada mesmo no período recessivo. A sexualização do mercado de trabalho e a concentração feminina em alguns guetos ocupacionais, entre os quais a administração pública, que tanto se expandiu durante a crise, certamente são algumas das razões que explicam a persistência da atividade feminina nos anos oitenta.

3. A força de trabalho feminina

A participação da mulher na PEA foi aqui avaliada de dois ângulos complementares: através de taxas de atividade — percentuais de trabalhadoras em relação às mulheres de dez anos ou mais, que teoricamente poderiam se engajar em alguma forma de trabalho — e através dos percentuais femininos no conjunto dos trabalhadores. Todos os dados observados revelam que a presença da mulher

na PEA brasileira vem-se ampliando sensivelmente nos últimos anos em todo o país. A taxa de atividade feminina passou de 18,2% em 1970 para quase 37% em 1985 (Tabela 1) e já vinha crescendo desde 1950, época em que se intensificou, com a industrialização, o processo de expansão do capitalismo brasileiro (Madeira/Singer, 1971; Bruschini, 1979; Brasil, 1976).

Mesmo levando em conta as diferenças nos critérios de captação de dados entre as duas fontes, Censo e PNAD, a tendência ao crescimento é inegável. Apesar disso, as mulheres estão longe de mostrar os mesmos níveis ou a regularidade com que se apresenta o trabalho masculino, o qual mantém, tanto no tempo quanto entre as regiões, taxas muito semelhantes, em torno de 70% para a zona urbana e 80% para o meio rural. Isto significa que, em todas as regiões, os homens trabalham mais intensamente no campo do que na cidade, ao contrário do que ocorre com as mulheres. Por outro lado, como o trabalho feminino tem sido subenumerado, principalmente nas atividades agrícolas e sobretudo pelos Censos Demográficos, o menor volume de trabalho agrícola desse sexo, bem como as excessivas alterações ocorridas nos períodos 70-76 e 80-83 nos quais os Censos são comparados às PNAD, podem ser, em parte, atribuídas a fatores metodológicos.

A participação da mulher na força de trabalho no Nordeste tem acompanhado o crescimento que se observou para o Brasil como um todo. De pouco mais de 16% em 1970, a atividade da nordestina "pula" para 35% em quinze anos. Esse crescimento tem sido contínuo e ocorre tanto no setor urbano quanto no rural.

Em Minas Gerais e Espírito Santo, no período 76 a 85, o ritmo de crescimento da PEA feminina foi relativamente mais elevado nos dois estados do que a média brasileira.

Comparadas às do país e às das demais regiões, as taxas de atividade urbanas são sempre superiores no Estado de São Paulo, para ambos os sexos, refletindo a maior capacidade de oferta de emprego em atividades não agrícolas, no pólo mais desenvolvido da nação, o que pode ser comprovado por alguns dados sobre a Grande São Paulo: na metrópole paulistana, em 85, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de 44% (SEADE, Boletim 8, 1985), 4,8% superior à cifra encontrada na zona urbana do Estado de São Paulo e 6,5% mais elevada do que as taxas de atividade feminina da zona urbana de todo o país.

Em números absolutos (Tabela 2), o contingente de trabalhadores vem crescendo significativamente no período. No caso da mulher este aumento foi tão intenso que levou a população trabalhadora feminina a triplicar em quinze anos. Apesar de ainda representarem cerca da metade da PEA masculina, o crescimento relativo das trabalhadoras foi muito superior ao do sexo oposto.

A ampliação da presença da mulher no trabalho, no período 70 a 85, pode ser constatada também através dos percentuais de participação feminina no conjunto dos trabalhadores (Tabela 3), que aumentam consideravelmente ao longo do tempo, em todas as regiões analisadas, principalmente na zona urbana.

No Nordeste a parcela feminina do mercado de trabalho rural supera a das demais regiões; já em São Paulo, o processo de desenvolvimento acentua a importância das atividades urbanas, que na região Sudeste também absorvem mais o emprego feminino do que as atividades rurais.

Apesar da presença feminina cada vez mais maciça, contudo, a força de trabalho brasileira segue sendo predominantemente masculina, as mulheres representando ainda um contingente relativo de pouco mais de 30% de um conjunto de 55 milhões de trabalhadores

brasileiros, 13 milhões de paulistas, 15 milhões de nordestinos e 7 milhões de mineiros e capixabas.

A ampliação da presença da mulher no mercado de trabalho, pode ser explicada como consequência de vários fatores. De um lado a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, gerando aumento dos níveis de industrialização e a rápida urbanização de algumas áreas do país teria acarretado a ampliação do mercado de trabalho em geral, provocando também maior demanda por mão-de-obra feminina. De outra parte uma mudança nos valores relativos ao trabalho feminino, tanto do ponto de vista das trabalhadoras quanto dos empregadores, ao romper valores tradicionais e difundir novos padrões de comportamento, facilitaria a oferta de trabalhadoras. A queda na fecundidade da brasileira e a ampliação de seus níveis de escolaridade também poderiam estar atuando na determinação deste movimento.

Além desses fatores, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho pode ser parcialmente explicado pela queda do nível de renda real de grande parte da população brasileira na última década. Nas camadas mais pobres da população, mas também nas camadas médias inferiores, onde se fizeram sentir violentamente os efeitos tanto do crescimento econômico com concentração de renda, quanto da crise econômica, a participação das mulheres em atividades remuneradas visando a complementação do orçamento doméstico tornou-se cada vez mais necessária.

Nas classes médias a necessidade econômica definiu-se pela elevação das expectativas de consumo, em face da proliferação de novos produtos e da grande promoção, tanto organizada como informal que deles se fez. Nas famílias de renda mais baixa, nas quais a questão da sobrevivência tem papel primordial, há também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo (Costa, 1984).

O crescimento do contingente de trabalhadores, sobretudo os do sexo feminino, nesse caso, tenderia a ser explicado muito mais em função do empobrecimento da população do que em razão da ampliação de oportunidades de trabalho.

No entanto, a análise da composição setorial e ocupacional da força de trabalho feminina e das reacomodações pelas quais ela vem passando nos últimos anos, bem como dos atributos pessoais e familiares das trabalhadoras, revela que não há uma única razão para explicar os maiores níveis de atividade feminina.

Certamente houve padrões diferentes de incorporação ao mercado de trabalho das mulheres das várias classes sociais. As variações encontradas dizem respeito tanto ao modelo de desenvolvimento econômico e ao processo de ampliação das oportunidades de trabalho, quanto às transformações ocorridas na sociedade brasileira em relação à estrutura familiar e a padrões culturais.

3.1. A PEA feminina segundo fatores individuais e familiares

As possibilidades que a mulher tem de responder às demandas do mercado estão estreitamente condicionadas pela posição que ela ocupa na unidade familiar. Se ela for casada e tiver filhos pequenos, pode ser que permaneça no lar, onde sua presença é mais necessária, se os recursos familiares não forem suficientes para arcar com as despesas de apoio doméstico remunerado. Mas esses recursos freqüentemente são tão precários que os rendimentos obtidos pela mulher passam a ser vitais para a sobrevivência da família. Nesse caso, ela será forçada a sair de casa para trabalhar, qualquer que seja o arranjo improvisado para o cuidado das crianças.

Se a mulher for solteira, poderá mais facilmente ser acionada pela unidade doméstica para o desempenho de atividades produtivas de mercado, o que propiciará a ampliação da renda familiar. Esses arranjos, porém, sofrerão alterações conforme a posição que a família ocupa na estrutura social. Famílias de maior poder aquisitivo provavelmente optarão por manter seus filhos por mais tempo na escola e, contando com auxílio doméstico remunerado, poderão estimular suas mulheres a exercer atividades profissionais fora de casa. Essa, provavelmente, não será a estratégia adotada em famílias de baixa renda, nas quais é mais conveniente manter a esposa/mãe em casa, enquanto os filhos, muito cedo, serão acionados para o trabalho assalariado.

Fatores individuais e familiares, portanto, também exercem papel fundamental na determinação do ingresso da mulher no trabalho fora de casa.

A idade é um desses fatores: dados censitários mostram serem significativamente diferentes as formas masculina e feminina de participação na população economicamente ativa por idade em todas as regiões analisadas. Enquanto a participação masculina declina apenas quando o avanço da idade sugere a aproximação da aposentadoria, as taxas femininas de participação costumam declinar após os 25 anos, sugerindo possíveis efeitos do casamento e da maternidade. A acentuada diferença entre a participação masculina e feminina por idade é um dos indicadores de que o trabalho feminino é muito mais afetado do que o masculino por atributos pessoais.

Como os dados indicam (Tabela 4), as taxas femininas de participação são sistematicamente superiores na faixa dos 20 a 24 anos, declinando a seguir. Este padrão é válido para a zona urbana de todas as regiões, mas sofre alterações no campo, onde as mais altas taxas ocorrem entre os 18 e 19 anos. Tais diferenças re

fletem tanto a estrutura de emprego disponível para as mulheres em cada região, quanto as possibilidades que elas têm de atender ao mercado em virtude de suas responsabilidades na esfera reprodutiva. A estrutura mais formalizada dos setores econômicos não agrícolas, nos quais predominam relações de trabalho tipicamente capitalistas, com jornadas regulares de trabalho e nítida separação entre o espaço familiar e o produtivo, dificulta a conciliação entre as múltiplas atividades femininas, provocando um declínio em suas taxas quando se acumulam as funções reprodutivas. Por outro lado, o mercado de trabalho é mais favorável às jovens e solteiras, devido a preconceitos e valores dos empregadores, que dão preferência a elas tanto por uma associação entre juventude, vigor físico e boa aparência, quanto pela crença de que o casamento e a maternidade criam obstáculos a um bom desempenho profissional.

No campo, o perfil etário de participação feminina é mais irregular, sugerindo que a natureza do trabalho aí realizado permite maior conciliação entre as atividades produtivas e reprodutivas que a mulher executa em casa, no terreno e no roçado, simultaneamente de essas de ocupações que a leva muitas vezes a se declarar como não-trabalhadora.

A atividade produtiva no campo, por outro lado, onde predominam a pequena produção familiar e o trabalho por conta própria, provoca taxas de participação nos grupos etários mais jovens muito superiores às da cidade, o que vale tanto para as meninas quanto para os meninos. Mas as taxas inferiores na cidade em relação ao campo, no grupo dos 10 a 14 anos, refletem também o papel e a interferência da escola, mais eficiente nas zonas de maior dinamismo.

Em São Paulo as taxas de atividade são superiores às brasileiras, refletindo maiores oportunidades de trabalho. Uma atuação mais efetiva do sistema previdenciário poderia estar explican-

do as taxas inferiores às do resto do país, nas faixas etárias mais avançadas. Na zona urbana paulista as taxas mais elevadas se apresentam no grupo de 18 a 19 anos, indicando uma estrutura econômica favorável à absorção de jovens. Também aqui, contudo, o declínio da atividade feminina se dá a partir dos 24 anos.

Ao longo do tempo, todavia, observam-se alterações substantivas no perfil de participação etária feminina: as taxas de atividade se ampliam em todas as faixas, mas o aumento é mais relevante sobretudo nas faixas intermediárias (18 a 39 anos) e na zona urbana, refletindo tanto maiores oportunidades de trabalho para as mulheres com obrigações familiares, quanto maior premência de contribuir para a renda familiar.

Sem dúvida é nas cidades do estado paulista que o mercado de trabalho se mostra mais habilitado a absorver um grande contingente de mulheres; embora a preferência seja pelas mais jovens (62,2% das moças de 18 a 19 anos e 58,6% das de 20 a 24 anos trabalham em 85 na zona urbana paulista), as mais maduras vêm ganhando terreno cada vez maior, a ponto de mais da metade delas, no meio da década de 80, serem economicamente ativas.

A posição na família e o estado conjugal afetam significativamente a participação da mulher em atividades econômicas de mercado. As mais ativas, como pode ser observado na Tabela 5, são as separadas, que não contam com o apoio financeiro de um cônjuge, devendo em geral arcar com a chefia de suas famílias. A seguir vêm as taxas das solteiras, que via de regra são mais jovens e preferidas pelos empregadores.

As casadas são as que apresentam as taxas mais baixas, tanto pela discriminação encontrada no mercado quanto pelos encargos familiares e domésticos. A falta de creches ou de outro tipo de infra-estrutura de apoio nas empresas, impede uma participação mais acentuada da mulher com encargos familiares.

Essas tendências são semelhantes para todas as regiões analisadas, embora em São Paulo as cifras sejam sistematicamente superiores, refletindo a maior oferta de emprego, sobretudo para as solteiras.

Na década de 70, a mulher casada amplia sua participação no mercado de trabalho, embora este ainda não lhe ofereça condições ideais para o cuidado de sua casa e de seus filhos. Para alguns observadores, esse movimento ocorreria especialmente entre as casadas dos estratos médios e altos de renda, sujeitas a trabalhos mais gratificantes e condições mais favoráveis para o arranjo doméstico. Para outros a casada de baixa renda, premida pela necessidade de complementar o orçamento familiar, é que estaria ingressando no mercado a um ritmo mais acelerado. Outros fatores também não devem ser descartados, como mudanças de valores, atitudes menos discriminatórias por parte dos empregadores, transferência dos encargos sociais com a maternidade para a Previdência Social, após 1974, diminuindo o ônus da própria empresa.

O aumento mais acentuado de participação na força de trabalho das casadas, seguidas pelas separadas e pelas unidas consensualmente é uma tendência constatada em todas as regiões. Em Minas Gerais, porém, as mulheres casadas parecem estar sendo incorporadas mais lentamente ao mercado de trabalho. Filgueiras (1988) sugere que este fato poderia ser explicado tanto pela estrutura produtiva da região, quanto por valores e padrões culturais próprios àquele Estado, mais restritivos ao trabalho da mulher com encargos familiares.

Ao longo do tempo, entre as solteiras, as taxas praticamente não se alteram, enquanto entre as viúvas há um ligeiro declí

nio, talvez explicável pela atuação mais eficaz do atendimento previdenciário nesse período, anterior à crise econômica.

Mas é a comparação entre ambos os sexos que evidencia o quanto a situação conjugal, no caso da mulher, atua na determinação de sua participação na força de trabalho: o perfil conjugal da população economicamente ativa masculina, que é predominantemente casada, é praticamente idêntico no país e nos estados analisados (Tabela 6), revelando que o estado civil, no caso do homem, não afeta sua participação econômica nem mesmo quando a estrutura do mercado de trabalho apresenta características desiguais. Tais tendências se mantêm quando se observa a distribuição da PEA por estado civil e setor de atividade: os homens casados predominam em todos os setores, em contraposição às mulheres solteiras. No caso do sexo feminino, ao contrário, o tipo de atividade desenvolvida em cada setor pode favorecer ou não o ingresso da trabalhadora de um ou outro estado conjugal. Assim, enquanto nas atividades industriais o percentual de solteiras é o mais elevado, superando o percentual de solteiras no conjunto das trabalhadoras, nas atividades agrícolas as diferenças entre os percentuais de casadas e solteiras se atenuam, mostrando que no campo a natureza das relações de trabalho cria menos obstáculos para a articulação entre vida familiar e trabalho. Nas atividades sociais a mulher casada encontra um número maior de oportunidades de trabalho, superando as solteiras. Incluem-se nesse setor atividades ligadas ao ensino e à saúde, ramos tradicionais de emprego para a mulher das camadas médias e de nível mais elevado de instrução, para as quais são maiores as possibilidades de conciliação entre responsabilidades profissionais e familiares. Ao contrário do que ocorre com as operárias, as professoras e as enfermeiras tanto podem contar com horários mais flexíveis de trabalho, quanto com infra-estrutura de apoio doméstico, dado seu poder aquisitivo um pouco mais elevado. No caso do setor

de administração pública, onde a participação das casadas e das solteiras é muito semelhante, outro fator pode ser acrescentado: a discriminação contra a mulher casada se atenua pela presença de critérios universalistas de admissão e de carreira, como ocorre no funcionalismo público.

A notável superioridade da presença de separadas e de viúvas no mercado de trabalho, em relação ao sexo oposto, em todos os setores de atividade e tanto no país como a nível regional pode ser explicada por duas ordens de fatores: em primeiro lugar, porque, mais do que homens, há mais separadas e viúvas na população como um todo. Por outro lado, a maior atividade econômica das viúvas e das separadas também reflete a pressão econômica sobre mulheres que, sendo chefe de família e sem contar com a colaboração de um companheiro, têm que garantir sozinhas, ou apenas com o auxílio dos filhos e de outros parentes, o sustento do grupo familiar.

Os dados revelam também que, embora os indivíduos que estão procurando trabalho sejam em sua maioria solteiros, as diferenças entre os sexos não são desprezíveis: 20% das brasileiras, 24% das paulistas, 16% das nordestinas e 14% das mineiras e capixabas que estavam procurando trabalho em 1980 eram casadas, cifra bastante superior à dos homens. Essa tendência poderia ser explicada tanto pela maior dificuldade que a casada encontra no mercado de trabalho, quanto por sua atitude cada vez mais atuante à procura de emprego.

A presença de filhos interfere de forma marcante na participação feminina na PEA, como os dados evidenciam. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a inexistência de equipamentos coletivos como as creches limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil, como empregadas domésticas, escoli-

nhas etc... Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos, como a rede de parentesco ou de vizinhança, poderão ser acionados para "olhar as crianças", enquanto a mãe vai trabalhar. Mas o difícil equilíbrio entre atividades econômicas e familiares, que se torna mais frágil ainda pela presença de crianças, depende também do tipo de atividade econômica a absorver a trabalhadora. Atividades formalizadas com horários regulares de trabalho, o maior ou menor distanciamento entre a casa e o trabalho, são fatores que dificultam a conciliação de responsabilidades, ainda que possam implicar em salários mais compensadores. A atividade informal, na qual não há jornadas regulares de trabalho, o trabalho domiciliar e o rural, ao contrário, costumam facilitar o arranjo necessário entre casa e trabalho, embora em geral os rendimentos obtidos sejam inferiores e o acesso a garantias trabalhistas praticamente nulo.

A Tabela 7 mostra que a atividade econômica feminina declina sensivelmente quando a mulher se torna mãe e ainda diminui quando ela tem mais de um filho. Mas, embora essa tendência possa ser constatada no país e em todas as regiões analisadas, as diferenças nas taxas de participação das que são e das que não são mães são muito mais significativas em São Paulo, refletindo o peso de uma economia urbano-industrial, na qual imperam relações formalizadas de trabalho, mas também na qual há mais oportunidades de emprego para a mulher sem responsabilidades familiares: em 1980, praticamente a metade das mulheres entre 15 e 49 anos que não tem filhos trabalha, enquanto no Nordeste e Sudeste apenas 30% o fazem.

Mas as limitações impostas pelos filhos ao trabalho da mãe diminuem sensivelmente à medida que eles crescem e a mãe passa a ser substituída, pelo menos parcialmente, pela escola: a mesma

tabela nos mostra que a atividade econômica das mães cresce consideravelmente quando os filhos atingem a idade escolar. Ao longo da década de 70 a atividade dessas mães cresce tanto que no Brasil, na região Sudeste e no Nordeste chega a superar a das mulheres que não têm filhos.

A presença de filhos, por outro lado, atua na determinação do ingresso da mulher na força de trabalho de maneira diferenciada na cidade ou no campo, dadas as desiguais relações de trabalho que se apresentam em cada uma dessas regiões. Na zona urbana, a presença de um filho é um elemento muito mais constrangedor para a participação econômica da mulher, pelo tipo de atividade aí predominante, pouco favorável à conciliação de papéis. A taxa de atividade na zona urbana brasileira cai de 30% em 1970 e 46,3% em 1980 quando a mulher não tem filhos, para 20,3% e 33,6% respectivamente quando ela tem apenas um (Tabela 8). Na zona rural, o efeito da presença de um ou de mais filhos não constitui uma limitação ao trabalho da mulher, que mantém taxas muito parecidas tenha ou não filhos. No campo o maior número de filhos, mais do que um constrangimento, pode até facilitar o trabalho feminino, na medida em que são as próprias crianças que se encarregam dos cuidados com a casa e os irmãos pequenos.

Na zona urbana paulista, os efeitos provocados pela presença e número de filhos são mais marcantes do que no resto do país: quanto maior o número de filhos, mais baixa a taxa de atividade feminina; mas a taxa de atividade, quando a mulher não é mãe, é a mais elevada do país. Ao contrário do que ocorre no campo do país e das demais regiões, a economia agrícola paulista, na medida em que se capitaliza, gerando relações mais formalizadas de emprego, torna-se também menos permeável à incorporação das mães em atividades produtivas. Tanto é assim que a diferença entre as taxas de atividade de mães e não mães na zona rural de São Paulo em

1980 é acentuada, o que não ocorre nos outros locais examinados.

Ao longo da década, o aumento mais sensível da atividade econômica materna ocorre entre as mulheres da zona urbana, em todas as regiões consideradas. Contudo, a atividade econômica das mães da zona rural também se amplia consideravelmente, sobretudo em São Paulo. Mas as mães da zona rural nordestina são as que mais trabalham, por oposição às mães do campo capixaba e mineiro.

O efeito da presença de filhos na participação da mulher na força de trabalho varia também em função dos níveis de rendimento do seu grupo familiar. Para as mulheres de renda mais baixa, como se verifica na Tabela 9, a presença e o número de filhos não afeta substancialmente a atividade feminina, que mantém aproximadamente os mesmos níveis caso ela seja ou não mãe, e chega até a aumentar quando ela tem mais de um filho, revelando que a premência econômica supera os empecilhos decorrentes da maternidade. Nas faixas de renda mais elevada, ao contrário, as taxas de atividade são muito superiores quando a mulher não tem filhos, caem abruptamente quando ela se torna mãe e diminuem mais ainda quando ela tem mais de um filho.

Quando os filhos são muito pequenos, porém, as limitações impostas ao trabalho da mãe são mais acentuadas entre as de rendimento inferior: as taxas de atividade das mães mais pobres são muito mais baixas quando os filhos têm menos de 6 anos e praticamente dobram quando eles atingem a idade escolar. Mas isto não quer dizer que as mães pobres de filhos pequenos não trabalhem; provavelmente, dada a necessidade de cuidar dos filhos concomitantemente, exercem atividades que permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais.

Já entre as mães de renda mais elevada, as diferenças entre as taxas de atividade das que tem filhos muito pequenos ou um

pouco mais crescidos, embora existam, são menores, provavelmente pela possibilidade de contar com formas remuneradas de cuidado infantil.

Comparando as regiões observa-se que no Nordeste a atividade das mães de todas as camadas sociais é a mais elevada do país, provavelmente em decorrência tanto de uma estrutura familiar facilitadora quanto da estrutura e composição do mercado de trabalho. Em Minas Gerais e Espírito Santo, ao contrário, a incorporação das mães ao mercado de trabalho ocorre a um ritmo menos acentuado. Em São Paulo confirmam-se, para 1980, as mais altas taxas de atividade das mulheres que não tem filhos e os diferenciais mais acentuados de atividade entre mães e não-mães; isto é válido, porém, apenas para as mulheres de rendimento mais elevado, pois as mais pobres trabalham mais quando se tornam mães e ainda mais quando têm mais filhos.

Nos anos setenta, como os dados revelam, as mães de todas as camadas sociais entraram com vigor no mercado de trabalho. Entre as mais pobres a ampliação da atividade, embora mantendo taxas mais baixas, se deu inclusive entre mães de filhos pequenos, sobretudo quando tinham mais de um filho, indicando que a pressão para complementar a renda familiar foi mais forte do que as dificuldades relacionadas ao desempenho da maternidade. Quando o filho tem mais de sete anos, as mães mais pobres elevam consideravelmente sua atividade econômica; esta, porém, tende a declinar com o aumento do número de filhos, quando eles são maiores, provavelmente porque passam a substituí-la no mercado de trabalho.

Entre as mães de renda mais elevada, o aumento mais considerável ao longo da década ocorreu entre as mães de filhos maiores, num movimento compatível, como veremos a seguir, com a ampliação da escolaridade e a diversificação de oportunidades mais qualificadas de trabalho.

A elevada correlação que a escolaridade apresenta com a participação feminina na força de trabalho já foi observada em outros trabalhos (Miranda, 1975; Lewin, 1980; Rosemberg, 1982 e 1985). As taxas de atividade feminina são mais elevadas quanto mais instruída for a trabalhadora, tendência essa que se verifica no país e nas regiões examinadas (Tabela 10). Essa relação se apresenta de forma muito mais acentuada entre as trabalhadoras, ainda que não seja inexistente entre os homens.

Ao longo do tempo, exceto pelo Nordeste, a participação das trabalhadoras que não têm instrução pouco se altera, enquanto as taxas das que têm maior instrução vêm crescendo progressivamente.

Uma possível explicação para a elevada correlação entre escolaridade feminina e participação na PEA estaria nas oportunidades de trabalho oferecidas pelo mercado, diferenciadas segundo níveis de instrução. Nos níveis médios de escolaridade (5 a 8 anos) o mercado de trabalho, sobretudo o paulista, abre muitas oportunidades para as trabalhadoras nos anos oitenta. A introdução da Lei 5.692, de 1971, reestruturando os graus de ensino e criando a escola compulsória e integrada de oito anos provoca, no período 70 a 80, expansão acentuada tanto nas taxas de atividade quanto no percentual da PEA com 5 a 8 anos de instrução. O aumento do nível de escolarização da população em geral seria, portanto, uma das razões para o perfil mais instruído da PEA ao longo do tempo. Com o processo de desenvolvimento, o surgimento de novas categorias ocupacionais, para as quais é exigida maior qualificação profissional, também explicaria esse processo.

No caso da mulher, a níveis mais elevados de qualificação corresponderiam oportunidades de trabalho mais gratificantes e

bem-remuneradas, compensando sua saída do lar. Uma explicação contundente, portanto, deve ser buscada ao nível das variáveis familiares que permitem ou constroem a participação feminina. A associação entre instrução e fecundidade, por exemplo, tem sido mencionada em inúmeros estudos demográficos: as mulheres com maior escolaridade, tendo menos filhos, podem participar mais intensamente da PEA. Por outro lado, a níveis mais elevados de instrução correspondem condições econômicas e sociais igualmente mais elevadas. As trabalhadoras de maior nível de escolaridade poderiam, portanto, dispor de condições mais favoráveis para arcar com as despesas de estruturas de apoio — empregadas domésticas, creches, escolas maternas etc... — que lhes possibilitem o ingresso no mercado de trabalho. Um trabalho mais gratificante e a possibilidade de obter rendimentos para cobrir despesas decorrentes dos cuidados com a casa e com os filhos serviriam como estímulo, atraindo as mais escolarizadas para o exercício de atividades profissionais.

De fato, a associação entre escolaridade feminina e sua participação na PEA é tão intensa que os efeitos do estado conjugal sobre o trabalho feminino são anulados nos níveis mais elevados de instrução. Tabelas especiais com dados dos Censos de 70 e 80 (Tabela 11) confirmam, para o país e todas as regiões analisadas, afirmações feitas por Miranda (1975) e Oliveira e Vianna (1986): a participação econômica das casadas, bastante inferior à das solteiras nos níveis mais baixos de instrução, aumenta significativamente entre mulheres com doze anos ou mais de estudo, em todas as regiões analisadas.

Ao longo da década de 70, a participação das solteiras diminui entre as menos escolarizadas e aumenta entre as mais instruídas, refletindo a elevação do nível de instrução da população em geral, especialmente em seus níveis intermediários (9 a 11 anos de estudo). Já entre as casadas a atividade feminina aumenta nos

anos 70 em todas as faixas de escolaridade, ainda que de maneira mais intensa entre as de nível médio e superior de instrução. Guardadas algumas peculiaridades, esse aumento foi intenso em todas as regiões: em São Paulo as casadas com pouca ou nenhuma instrução ingressam no mercado de trabalho em proporções mais elevadas do que nas demais regiões, sobretudo Minas e Espírito Santo, onde a incorporação da casada não instruída ocorre a um ritmo menos elevado. Em contrapartida, o aumento expressivo da atividade das casadas de instrução média e superior no Nordeste, região na qual as trabalhadoras casadas de nível universitário superam as solteiras em 1980, reflete tanto a existência de arranjos domésticos facilitadores do trabalho feminino, quanto a presença de setores de atividade favoráveis ao trabalho da casada — como atividades sociais e administração pública — mais dinâmicos do que outros, como a indústria, no qual a preferência é pelas solteiras.

3.2. A PEA feminina segundo fatores estruturais

Características individuais e a estrutura familiar não são, evidentemente, os únicos fatores que criam possibilidades ou entraves para a participação feminina na PEA. Fatores estruturais são responsáveis pela geração de oportunidades de emprego e absorvem em maior ou menor escala a força de trabalho feminina. A conjuntura econômica, em períodos de crescimento, amplia a demanda por trabalhadores de ambos os sexos. Nos momentos de crise a oferta de emprego se retrai, ao mesmo tempo em que a pressão advinda da necessidade econômica sentida por todo o grupo familiar aumenta. Não basta portanto, haver maior oferta de mão-de-obra feminina, é necessário que a estrutura produtiva tenha condições de absorvê-la.

Dados sobre a distribuição da população economicamente ativa masculina e feminina no período analisado, por setor de atividade (Tabela 12), mostram a ocorrência, no período de 70 a 83, de uma sistemática perda da importância relativa da absorção de mão-de-obra no setor primário, válida para todos os trabalhadores e mais intensa no pólo mais industrializado. Ao mesmo tempo, há um aumento relativo da PEA ocupada na indústria e no terciário, que se expande na esteira do processo de industrialização e burocratização.

No período 83 a 85, no rastro do processo de recessão, reduz-se a PEA brasileira no setor secundário da economia, graças a uma acentuada retração da PEA masculina na indústria. Nas atividades ligadas à agricultura a participação masculina relativa aumenta, embora não atinja os mesmos níveis de 1980. No caso das mulheres, a não ser por um ligeiro declínio no percentual das trabalhadoras no campo e na indústria, que parecem ter se deslocado para o terciário, principalmente para o Comércio, não há alterações muito significativas na acomodação da força de trabalho nesses dois anos.

Na região Sudeste, no período 76 a 85, a redução do setor primário é acompanhada por um aumento relativo da população empregada no terciário, enquanto o secundário revela ritmo de absorção inferior ao das outras regiões, principalmente no caso do emprego feminino.

Os dados sobre o Nordeste (Tabela 12.2) revelam o peso muito mais acentuado na região das atividades agropecuárias, embora elas também venham sofrendo declínio ao longo dos anos, tanto em favor do secundário como do terciário. Mas o fato mais marcante que os dados revelam é que nos primeiros anos da década de 80 houve uma queda acentuada da PEA alocada no campo, principalmente a masculina. A crise econômica que se abateu sobre todo o país foi acen

tuada, na região, pela violenta seca do final dos anos setenta, que provocou migração e deslocamento dos trabalhadores para outras atividades. Uma parcela significativa da mão-de-obra oriunda do setor primário passou a ser ocupada em frentes de trabalho para abertura de açudes, construção de estradas e atividades semelhantes, criadas pelo Governo Federal numa política emergencial para enfrentar a crise econômica (Cacciamali, 1988). Como esses trabalhadores foram registrados pelas estatísticas oficiais como inseridos no setor da Construção Civil, este fato explicaria o súbito e expressivo aumento de indivíduos ocupados no secundário, especialmente na Construção, onde a PEA masculina apresenta uma elevação percentual de 14,1 no período de 80 a 83, voltando a seguir a cifras regulares. A mesma distorção pode ser constatada para a PEA feminina, que atinge a inusitada cifra de 6,0 na Indústria de Construção em 1983! A não redução dos percentuais de trabalhadoras agrícolas no período poderia ser explicada pela já mencionada subenumeração do trabalho da mulher no campo pelos Censos Demográficos, o que justificaria as cifras reduzidas apresentadas desde 1980.

A distribuição setorial por sexo mostra uma participação bastante diferenciada, revelando que o mercado de trabalho oferece oportunidades distintas segundo as características pessoais dos trabalhadores. No país como um todo a população trabalhadora masculina distribui-se de maneira bastante equilibrada entre os três grandes setores da economia. No pólo mais industrializado, onde é menor a importância relativa da PEA agrícola, a força de trabalho masculina se concentra nos setores industrial e na máquina burocrático-administrativa que lhe serve de suporte. No caso das trabalhadoras, porém, as oportunidades de emprego concentram-se no terciário e, dentro dele, no ramo de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração.

No Nordeste, onde o peso da economia agrícola ainda é muito acentuado, o percentual feminino na agricultura é muito mais elevado do que nas outras regiões, ao mesmo tempo em que é relativamente inferior a cifra de mulheres alocadas no terciário em relação às demais regiões e ao país como um todo.

Na década de setenta, a trabalhadora recupera sua presença na indústria e amplia de maneira significativa sua participação no setor comercial, sobretudo em São Paulo, ao mesmo tempo em que se "retira", em números relativos, do setor de serviços. A concentração de trabalhadoras nesse setor, contudo, ainda mantém níveis elevados. Apesar das reacomodações, a esmagadora maioria das trabalhadoras está alocada no setor terciário da economia. As atividades industriais, que compõem o setor secundário, empregam em 1985 mais trabalhadoras paulistas (20,8%) do que brasileiras ou das demais regiões. Em contrapartida, nas atividades do setor primário, de importância relativamente menor no estado mais industrializado, trabalham apenas 5% das paulistas em relação a cerca de 18% das brasileiras em geral, 33% das nordestinas e 16,3% das mineiras e capixabas.

No setor organizado da economia, analisado através de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho)⁵, a presença feminina também é mais marcante no setor

⁵ Criada por decreto em 75, a RAIS apresenta anualmente, desde 1976, informações sobre todos os estabelecimentos com mais de 5 empregados e pessoas físicas que, independentemente da organização empresarial, mantêm, como empregados, alguma relação de emprego. Os dados apresentados são levantados no local de emprego e, apesar de certa subjetividade no preenchimento dos formulários, por parte dos funcionários encarregados, apresentam dados razoavelmente consistentes sobre todos os empregados com os quais foram mantidos vínculos empregatícios no período (Sabóia e Tolipan, 1985). Ao contrário dos Censos e das PNAD, a RAIS oferece informações sobre empregos, e não sobre empregados. Como um mesmo empregado pode ocupar mais de um emprego, a população levantada pela RAIS deve ser ligeiramente inferior ao número de empregados.

terciário, especialmente na Administração Pública, seguida de longe pelo Comércio, Serviços e Indústria (Tabela 13)⁶.

Apresentando dados sobre relações formalizadas de trabalho, a representatividade da RAIS é conseqüentemente maior nas regiões mais desenvolvidas do país, nas quais a estrutura de emprego é mais organizada. A Tabela 14 mostra que, enquanto em São Paulo, em 1985, os empregos no setor formal representam 55,2% dos ocupados, no país como um todo essa mesma relação não chega a 40% e nas demais regiões ela é inferior, principalmente no Nordeste, onde a fatia organizada do mercado é pouco superior a 20%. Comparando os sexos, observa-se que as mulheres ocupam menos do que os homens essa parcela do mercado, embora sua presença nela venha se intensificando ao longo dos anos: ocupavam 29,7% dos empregos arrolados pela RAIS em 1980, 31,2% em 1982, 32,1% em 1983 (Saboia, 1985) e atingem, em 1985, 32,4% dos empregos no setor formal. Como a Tabela 14 também revela, as diferenças entre os sexos são mais acentuadas no estado mais desenvolvido. A importância relativamente menor em São Paulo da máquina administrativa estatal, que foi nesse período a maior geradora de empregos no setor formal, ocupados principalmente por mulheres, em parte justifica essas desigualdades. A julgar pelos dados sobre o Nordeste, região na qual o funcionalismo público detém uma das maiores fatias do mercado organizado, e na qual o percentual de empregos femininos supera os masculinos, essa hipótese parece se confirmar.

⁶ A comparação da distribuição da PEA por setores de atividade entre as duas fontes, RAIS e PNAD, é muito precária, uma vez que são utilizados critérios diferentes (Saboia e Tolipan, 1985). Por essa razão, a elevada participação das mulheres na administração pública (onde a metade dos trabalhadores registrados pela RAIS é do sexo feminino), alcançando o dobro da presença feminina nesse mesmo setor segundo a PNAD do mesmo ano, poderia ser explicada por diferencias de classificação: várias atividades agrupadas na administração pública pela RAIS pertencem a outros setores pela PNAD, como é o caso dos empregados na previdência social e no ensino público, que na PNAD se incluem na prestação de serviços.

Examinando a distribuição dos empregos registrados pela RAIS/85, segundo o vínculo empregatício (Tabela 15), constata-se de imediato que a grande maioria de trabalhadores são regidos pela legislação trabalhista (C.L.T.), e que um percentual não desprezível dos trabalhadores brasileiros do setor formal são regidos pelo estatuto do funcionalismo público. Quando se comparam os sexos, verifica-se que o percentual de empregadas em regime C.L.T. é sempre inferior ao de seus colegas, em todas as regiões, embora essa relação de trabalho ainda seja majoritária também entre elas. Entre os estatutários a relação se inverte, e as mulheres superam de longe os homens no país e nas regiões. Mas quando as regiões são comparadas, diferenças acentuadas entre elas são facilmente perceptíveis: o percentual de funcionários públicos é muito maior no Nordeste e em Minas Gerais, principalmente no caso das trabalhadoras, enquanto em São Paulo cerca de 90% dos trabalhadores do setor formal são regidos pela C.L.T. Em Minas e no Nordeste, mais da metade dos funcionários públicos são do sexo feminino, enquanto em São Paulo esse percentual é de 45%.

Confirmando essas constatações, Spindel (1987) mostra que o governo foi o grande empregador do mercado organizado nos primeiros anos da década de 80, abrindo mais de cem milhões de vagas no período de 80 a 83, inclusive como forma de minimizar o estrago provocado pela crise no setor industrial. "Trata-se de uma forma cultural histórica (quase folclórica, se não fosse tão dispendiosamente improdutiva), acionada sempre que o governo sente ameaçada sua legitimidade, a qual costuma ocorrer com mais frequência em épocas de crise econômica e de eleições. Neste período convergiram ambas as situações (1982 foi ano eleitoral)" (p. 23). É ainda Spindel quem mostra que uma proporção significativa das vagas geradas pelo governo foi ocupada por mulheres: o emprego feminino na administração pública eleva-se 32,8% em um ano, enquanto a

presença dos homens no setor cresce a uma taxa de 17,9%. Gomes (1987), por sua vez, mostra como o desempenho econômico relativamente melhor do Nordeste nesse período crítico da recessão deveu-se à política compensatória do governo federal, via geração de empregos e frentes de trabalho. O crescimento do emprego no setor público nesses anos, portanto, teria favorecido mais as mulheres do que seus companheiros e mais as nordestinas do que suas colegas das outras regiões do país.

O mercado informal pode ser definido como aquele que abriga ocupações nas quais trabalham autônomos (exceto os liberais), indivíduos sem contrato de trabalho ou de contrato temporário, trabalhadores familiares sem remuneração, todos eles sem direito a salário mínimo, Previdência Social e outros benefícios. São ocupações de alta rotatividade de mão-de-obra, nas quais o ingresso não é dificultado por testes ou outras formas de seleção. Pertenceriam ao informal estabelecimentos pequenos, com menos de cinco empregados, cuja implantação é feita com investimento mínimo de capital, e nos quais os rendimentos são determinados a partir de intensa concorrência. No setor rural estariam incluídos no informal os trabalhadores volantes ou bóias-frias, os parceiros, meeiros e trabalhadores não remunerados. Na atividade urbana essa parcela do mercado abrigaria os biscateiros e empregados domésticos sem proteção legal, diaristas e tarefeiros; os que trabalham ou prestam serviços no domicílio, como lavadeiras e costureiras por peças para indústrias de confecção, e os assalariados sem carteira assinada.

A ausência de carteira de trabalho assinada pelo empregador tem sido considerada por vários autores como o critério definidor de participação no mercado informal de trabalho. O emprego doméstico, apesar de lhe ter sido assegurado, a partir de 1972, através da Lei 5.889, direito a registro em carteira, férias e Previdência Social, continua sendo considerado uma ocupação informal.

Na ausência de mecanismos de controle eficazes, é provável que, na prática, a legislação que ampara as empregadas domésticas nem sempre seja cumprida, ainda que nos grandes centros urbanos observe-se uma tendência nesse sentido, que vem se acentuando após outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição, que estendeu a essas trabalhadoras praticamente todos os direitos trabalhistas.

Contraopondo-se às teses que identificam o setor informal com marginalidade, subemprego ou pobreza, Woortman (1984) afirma que as atividades informais constituem não apenas uma alternativa ao desemprego, mas freqüentemente uma alternativa vantajosa ao emprego formal, implicando num projeto de ascensão social do trabalhador. Analisando as estratégias de reprodução da família trabalhadora, argumenta que as atividades do setor informal da economia freqüentemente constituem mecanismos de acumulação e ascensão social dos grupos domésticos e podem ser muito convenientes para determinados membros do grupo, para os quais — dada a posição que nele ocupam — o exercício de atividades formais é extremamente difícil. É o caso, por exemplo, da mulher casada, para a qual o emprego no setor formal é menos viável, não só em virtude de preconceitos por parte dos empregadores, como também por causa da dificuldade de combinar um trabalho formal, com horário e regras menos flexíveis, com os afazeres domésticos sob sua responsabilidade. As atividades econômicas desempenhadas no setor informal podem constituir também alternativas mais viáveis tanto para indivíduos mais velhos, para os quais a receptividade do mercado formal costuma ser menor, quanto para crianças e adolescentes, que podem assim combinar estudo e trabalho.

De qualquer forma, os grupos domésticos costumam combinar, para sua manutenção e ascensão social, atividades econômicas nos setores formal e informal e atividades domésticas. Mas é fundamental que pelo menos um elemento do grupo desempenhe atividades econômicas no setor formal, para que todo ele possa vir a ter aces

so a determinadas garantias e facilidades disponíveis apenas para os trabalhadores com registro em carteira. Este será o aval fundamental para que a família do trabalhador tenha acesso a crédito, aos serviços do INAMPS e, até mesmo, a levantar recursos como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de casa própria. Mas, como o salário quase sempre é insuficiente, a aquisição de bens mais caros acaba correndo por conta dos rendimentos obtidos em atividades informais (Woortman, 1984).

Além da atividade informal apreendida através das fontes censitárias, inúmeras outras atividades produtivas, essenciais para a subsistência dos indivíduos, nem mesmo chegam a ser apropriadas no cálculo do produto interno bruto. Permanecem invisíveis nas estatísticas sobre trabalho, parte do que alguns analistas denominam economia subterrânea (Lima, 1985). Nela estariam incluídos indivíduos que, além de um emprego formal regular executam outras atividades remuneradas não declaradas, bem como pessoas classificadas como inativas — estudantes, aposentados, donas-de-casa e inválidos — exercendo atividades ou prestando serviços mediante remuneração. A atividade econômica dos inativos, porém, devido à natureza dos estudos censitários, só pode ser apreendida em pesquisas voltadas para esta finalidade. Na pesquisa de emprego e padrão de vida realizada pelo DIEESE, em 81 na Grande São Paulo, o conceito de trabalho inclui a categoria "biqueiros", na qual estão classificadas certas atividades informais ou "bicos", realizadas dentro ou fora de casa, geradoras de rendimentos. Esta categoria foi criada a partir de um quesito contido em um questionário aplicado aos "inativos"⁷, através do qual foi obtido um rol de atividades bastante diversificadas, desempenhadas basicamente por mulheres, crianças e velhos, como manicure, confecção de doces, costura, car

⁷ "O Sr.(a) faz alguma coisa, algum produto ou serviço remunerado, para vender fora? Em que consistem esses produtos e/ou serviços?"

regador de feira ou supermercado, lavagem de carros nas ruas etc... Esta forma de atividade econômica mantém ocupadas 5% de um total de quase 10 milhões de pessoas da amostra paulistana, principalmente esposas ou cônjuges, seguidas por parentes idosos agregados ao grupo familiar (Bruschini, 1986).

O que é preciso ressaltar é que a parcela feminina alocada em atividades informais é proporcionalmente sempre superior à masculina, tanto na chamada economia invisível, como naquela que é captada pelas estatísticas oficiais. No primeiro caso, porque a grande maioria das mulheres consideradas inativas está na verdade realizando afazeres domésticos. Por outro lado, sob essa rubrica escondem-se também mulheres que se ocupam, no próprio domicílio, com outras atividades remuneradas de natureza "feminina", que podem ser realizadas concomitantemente às tarefas domésticas e que complementam o orçamento, muitas vezes representando o sustento do grupo familiar.

Análises sobre a participação de membros dos grupos domésticos em atividades econômicas mostram que a posição ocupada no núcleo determina, em parte, a natureza da atividade que será desempenhada. Enquanto as mulheres casadas, sobretudo as que têm filhos, os velhos, as crianças e os adolescentes serão preferencialmente engajados em atividades domésticas ou as inseridas no setor informal da economia, os chefes de família, os filhos já adultos e os jovens parentes serão recrutados preferencialmente para o trabalho formal, regido por leis e contando com sistema de garantias.

O trabalho domiciliar que, como o próprio nome indica, é uma atividade econômica realizada no espaço da moradia, inclui atividades diversificadas manuais ou não-manuais, como confecção de alimentos, costura, artesanato, venda de roupas, datilografia, tradução, além da prestação de serviços como massagem, manicure, cabeleireiro, aulas particulares e outros, que podem ser prestados tam

bém no domicílio de quem os recebe. Realizado mais freqüentemente por mulheres, dada a possibilidade de conciliação com os encargos familiares, o trabalho domiciliar é uma atividade informal que pode ou não ser invisível nas estatísticas sobre o trabalho. Diante da ausência de vínculo empregatício formal ou de qualquer forma de registro, a contabilização de uma atividade domiciliar informal como trabalho fica a critério do respondente nas pesquisas censitárias. Quando esta forma de atividade é desempenhada por uma dona-de-casa, como ocorre na maior parte dos casos, é provável que esta declare os afazeres domésticos como sua ocupação principal, identificando-se prioritariamente como esposa e mãe e considerando o trabalho domiciliar como algo secundário, que ocupa parte do seu tempo e gera alguns recursos para "ajudar" no orçamento doméstico. Em casos como este a respondente será classificada como inativa e o trabalho por ela realizado por remuneração passará a engrossar a economia subterrânea, sobre a qual não há dados disponíveis ou confiáveis.

Não se deve descartar, porém, a hipótese de que boa parte da atividade informal não seja declarada a fim de escapar ao pagamento de impostos. Nesse caso, a atividade domiciliar da dona-de-casa será mais facilmente "ocultável" do que outras pela própria aceitação social de que a mulher desempenhe apenas seus papéis domésticos.

Outras formas de trabalho domiciliar, apesar da ausência de vínculo empregatício, são declaradas como trabalho, seja porque consomem a maior parte do tempo dos indivíduos em casa, seja porque geram rendimentos indispensáveis para o sustento do grupo familiar. A costura por peças para a indústria do vestuário, que emprega mulheres em sua absoluta maioria, é uma das poucas formas de trabalho domiciliar como esta que tem sido descrita nas pesquisas sobre mulher. Spindel (1983), Teixeira et alii (1983) e Abreu (1986)

mostram como as "externas" das indústrias de confecção, como são chamadas aquelas que executam tarefas para as fábricas em oficinas ou no próprio domicílio não têm reconhecido nenhum vínculo empregatício com a empresa para a qual realizam esse serviço. Pagas pelo número de peças produzidas sem defeito, são obrigadas a manter intenso ritmo de trabalho em casa, concomitantemente à execução das tarefas domésticas, a fim de conseguir um mínimo de rendimentos.

No que diz respeito às atividades informais captadas pelos dados oficiais, o percentual de mulheres é relativamente superior ao dos homens, qualquer que seja o critério utilizado.

Tomando como indicador do volume de atividades informais a diferença entre o número de ocupados segundo a PNAD e o número de empregos registrados na parcela formal do mercado pela RAIS, é possível constatar que o percentual de mulheres no informal é superior ao dos homens exceto no Nordeste onde, como vimos, a administração pública responde pela relativa superioridade feminina no formal. No Estado de São Paulo, onde a formalização das relações de trabalho é responsável por uma parcela bastante inferior de trabalhadores de ambos os sexos em atividades informais em relação ao país como um todo, as diferenças entre os sexos tendem a ser mais acentuadas e metade das trabalhadoras ainda se concentra em atividades não regidas pela legislação ou outras garantias trabalhistas.

Outros critérios, como a posse de carteira de trabalho assinada, também revelam que as mulheres tendem a trabalhar, mais do que os homens, em atividades informais. Elas têm presença significativa, também, entre os trabalhadores familiares sem remuneração, outro indicador da atividade informal. As trabalhadoras, contudo, em sua maior parte, são empregadas assalariadas, embora se deva considerar que entre estas se incluem as empregadas domésticas, ocupação que costuma ser considerada atividade informal.

Mas mesmo considerando que a maioria das trabalhadoras é assalariada, o número de empregadas que não possuem carteira assinada é muito superior ao de seus colegas, exceto no Nordeste em 1983 e 1985 (Tabela 16).

As desigualdades regionais são muito acentuadas: a proporção de trabalhadores nordestinos que não tem carteira assinada pelo empregador é sensivelmente maior que a dos trabalhadores do país, com uma proporção em torno de 60%. Nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada é muito superior à do país como um todo, sendo que em Minas a diferença se acentua bastante em prejuízo das trabalhadoras.

Mas é no campo que a trabalhadora é ainda mais alijada de seus direitos. No setor agrícola não só é elevada a presença de trabalhadoras não remuneradas (em 1980, elas são 38,9% da PEA feminina agrícola brasileira, 54,3% da capixaba e 21,3% da mineira, caindo para 17,9% da paulista⁸) como é quase nulo o acesso daquelas que são assalariadas às garantias trabalhistas mínimas. Em 1985, no Brasil, menos de 14% das trabalhadoras no campo tinham carteira assinada, cifra essa muito inferior nas regiões menos desenvolvidas, Nordeste e Minas Gerais.

As desigualdades sexuais são mais gritantes quanto mais estável for a situação do trabalhador: é precisamente nas atividades não-agrícolas, onde é relativamente menor o número de trabalhadores que não dispõem de carteira assinada, que as diferenças entre os sexos se revelam ainda mais acentuadas.

⁸ Dados da Tabela 1.8 do Censo Demográfico, mão-de-obra, 1980, para o Brasil, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Para o Nordeste, informações dos Censos Agrícolas revelam que o volume de trabalhadoras familiares não remuneradas atinge proporções surpreendentes: 94% em 1970 e 90% dez anos depois, num total de cerca de 2,5 milhões de trabalhadoras! (Calábria, 1986)

O aumento do número de empregados que não possuem carteira profissional assinada pelo empregador, no período 76 a 83 pode ser tomado como um efeito da crise econômica do início da década de 80. Mas no período 83 a 85, refletindo a retomada do crescimento, os dados indicam aumento no registro profissional dos empregados, tanto no Brasil quanto no Nordeste e em São Paulo, para ambos os sexos. Entre os trabalhadores brasileiros e nordestinos o percentual dos sem carteira declina tanto nas atividades agrícolas como nas urbanas, para um e outro sexo, sugerindo maior formalização nas relações de trabalho; este processo ocorre com muito mais vigor no campo paulista, onde o declínio é superior a 20% para empregados e empregadas. Já na economia urbana paulista, na qual o percentual de registrados já era o mais elevado do país em 83, não se observam alterações nesse período.

A distribuição dos trabalhadores por grupos ocupacionais, informação disponível apenas para os anos 70 e 80 (Tabela 17) confirma os movimentos observados entre os setores: apesar das alterações internas, as trabalhadoras brasileiras ainda se concentram no terciário, distribuídas pelas ocupações da prestação de serviços, administrativas e técnico-científicas. O percentual das trabalhadoras em ocupações da agropecuária declina e o da indústria se amplia, alcançando ambos cifras muito semelhantes no país, em 1980. No pólo mais industrializado há diferenças sensíveis porque, dado o menor percentual de trabalhadoras na agropecuária, são muito mais expressivas as cifras da PEA feminina na indústria e nas ocupações administrativas.

No Nordeste, a estrutura ocupacional destaca-se pelo notável peso das atividades agrárias, nas quais a participação feminina é ainda muito elevada, embora inferior à dos homens e tendendo ao declínio ao longo da década. No período 70 a 80 observa-se nessa região o declínio da participação relativa nas ocupações da indústria e o crescimento em ocupações do setor terciário, sobretudo nas administrativas, técnicas, científicas e afins, crescendo também as relativas ao comércio e atividades auxiliares. No mesmo período, apesar de ainda abrigarem a maior concentração relativa de trabalhadoras urbanas, as ocupações ligadas à prestação de serviços declinam.

Também na região Sudeste a análise da estrutura ocupacional revela que as trabalhadoras se concentram em um leque restrito de ocupações, com uma clara segregação no setor terciário. As tendências constatadas são iguais às do país como um todo: declínio relativo na prestação de serviços, nas ocupações técnicas e na agropecuária, acompanhado de aumento nas administrativas e no comércio e, em ritmo mais lento, na indústria. Mas as ocupações da prestação de serviços, tanto em Minas quanto no Espírito Santo, ocupam ainda contingente expressivo de trabalhadoras que, no Nordeste, são suplantadas pelas trabalhadoras do campo.

O exame desagregado de algumas ocupações (Tabela 18), mostra com maior clareza as alterações apontadas na PEA feminina. No Brasil houve um aumento significativo, tanto absoluto quanto relativo, de secretárias, que em 1980 estão presentes na força de trabalho em números praticamente iguais aos das trabalhadoras do campo. Aumenta também a presença de operárias da indústria do vestuário e de balconistas, embora de forma não tão expressiva quanto ocorreu com o primeiro grupo. Verifica-se ainda uma diminuição relativa de trabalhadoras no campo e de professoras, mas a redução relativa mais significativa se dá no grupo das empregadas domésticas, que passam a representar 20% da PEA feminina total no Brasil,

em São Paulo e no Espírito Santo e declinam para 15% no Nordeste e 27,5% em Minas (embora em números absolutos tenha havido crescimento em todas as regiões).

Em São Paulo o número de secretárias cresce bastante na década considerada, mas o aumento mais expressivo se dá entre as balconistas ou vendedoras de lojas, que crescem praticamente 6 vezes nos anos 70. A redução relativa da presença das empregadas domésticas na PEA, no período, também é bastante significativa, mas elas ainda representam o maior percentual das trabalhadoras exceto no Nordeste, onde as trabalhadoras rurais representam o dobro das domésticas. Mas embora ainda sejam maioria, as nordestinas que trabalham no campo reduzem relativamente sua presença, enquanto algumas ocupações urbanas quintuplicam em importância, como as secretárias e as comerciárias.

Em Minas os dados indicam a segregação ocupacional a que estão sujeitas as mulheres, concentradas em poucas ocupações consideradas "tipicamente femininas". Seis ocupações empregavam, em 1980, 70,4% das mineiras e 68,5% das capixabas. Com maior destaque estão as empregadas domésticas, apesar de ter havido deslocamento para outras ocupações. O número de empregadas em funções burocráticas de escritório triplicou no período, em Minas Gerais e quadruplicou no Espírito Santo, enquanto as operárias na indústria do vestuário dobram em Minas Gerais e triplicam no Espírito Santo. O crescimento do número de balconistas no Espírito Santo foi mais acentuado em relação ao país e a Minas. Nessas três ocupações a ampliação foi maior do que entre as professoras, as trabalhadoras rurais e as domésticas.

Uma coisa é certa: apesar dos deslocamentos, as mulheres que ingressam na força de trabalho continuam a fazê-lo em "guetos" tipicamente femininos: em 1980, 70% das trabalhadoras ainda se concentram em pequeno número de "trabalhos femininos": empregadas do-

mésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que possuem nível médio de instrução, professoras para as que alcançaram escolaridade mais elevada, ou mesmo média. Estas dispõem também de outro "gueto" feminino à sua espera: o da enfermagem. No Brasil, mais de 90% das trabalhadoras que estão nas ocupações auxiliares da medicina são enfermeiras. Em São Paulo, em 1980, 93% dos enfermeiros diplomados e 78% dos não diplomados são mulheres. Em Minas e Espírito Santo os percentuais não são menos significativos: 95% dos enfermeiros mineiros diplomados e 84% dos não diplomados são do sexo feminino e 87% dos enfermeiros capixabas são mulheres, com ou sem diploma.

Talvez uma das mais graves conseqüências do estreito leque ocupacional oferecido às trabalhadoras seja o rebaixamento de seus salários, como afirmamos em trabalho anterior (Bruschini, 1979) e foi confirmado por Paiva (1980). Na medida em que a procura de mão-de-obra feminina se restringe a um pequeno número de empregos, enquanto a oferta de trabalhadoras tende a crescer, os salários femininos continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens porque há grande quantidade de mão-de-obra concentrada em pequeno número de "trabalhos de mulher", que por sua vez são os de menor prestígio, porque refletem a posição do sexo feminino na sociedade.

Outros fatores também têm papel importante para explicar a discriminação salarial: o menor acesso da mulher a cargos de chefia e supervisão; seu menor poder reivindicativo, conseqüência direta de um processo de socialização que visa fazer das mulheres seres dóceis e submissos; a menor tradição político-sindical das atividades terciárias, nas quais elas se concentram, em comparação com as da indústria de transformação (Paiva, 1980). Sejam quais forem as razões, o fato é que as mulheres, mais dóceis, mais pacientes,

menos reivindicativas, confinadas a poucas ocupações, concentram-se sempre nas faixas salariais mais baixas. Porém, mais grave ainda é o fato de que as mulheres recebem menos do que o homem mesmo em condições semelhantes de escolaridade, idade e ocupação, como apontam várias pesquisas e é confirmado tanto para o país quanto para as regiões analisadas, com dados do Censo de 1980. Em todos os grandes grupos ocupacionais, os rendimentos masculinos são superiores aos femininos, como revelam as medianas da renda, na Tabela 19. Mais grave ainda, porém, é o fato de que os diferenciais salariais entre os sexos se acentuam nas ocupações de nível superior e de chefia, nas quais os rendimentos em geral, para ambos os sexos, são muito mais elevados. Mesmo entre os matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas, ocupação na qual as mulheres, que representam cerca de 18% da categoria, obtêm os salários mais elevados, as diferenças entre os sexos permanecem, ainda que de forma menos acentuada do que nas ocupações mais tradicionais de nível superior, como a medicina, e engenharia ou o direito (Tabela 20).

Os diferenciais tendem também a ser mais elevados no estado mais desenvolvido do que nas demais regiões em quase todas as ocupações, sugerindo que, embora a mulher encontre oportunidades melhores, mais diversificadas e mais bem remuneradas com o desenvolvimento econômico, dificilmente ela consegue superar determinadas formas de discriminação sexual. Prova disso também é que a discriminação salarial contra a mulher se mantém mesmo em ocupações nas quais a participação feminina é acentuada. Apesar das mulheres terem ingressado maciçamente no mercado de trabalho, esta forma de discriminação está longe de ser superada. A Tabela 21 — que apresenta os diferenciais de rendimentos entre os sexos em ocupações nas quais o contingente feminino chega a ser a metade ou é bastante superior ao masculino — mostra que as professoras, que continuam sendo a grande maioria da categoria, seguem ganhando salários

inferiores aos de seus colegas. O mesmo ocorre com as empregadas domésticas, que são maioria absoluta e ganham metade do que os poucos trabalhadores dessa categoria. A mesma forma de discriminação repete-se com as demais ocupações "femininas" selecionadas.

Mais grave ainda é o fato de que as mulheres não conseguem superar a defasagem salarial em relação aos seus colegas à medida que adquirem maior experiência no trabalho. Ao contrário, as desigualdades persistem e até se intensificam com o tempo de serviço. Dados da RAIS⁹ para 1985 mostram que as diferenças entre as medianas dos rendimentos obtidos pelos trabalhadores de um e outro sexo se acentuam ao longo dos anos de casa (Tabela 22). Embora os salários femininos também aumentem com a experiência conquistada, o distanciamento entre os rendimentos de um e outro sexo se torna mais agudo a partir dos 5 anos no mesmo emprego. Comparando o Brasil com as regiões pesquisadas, de outra parte, mais uma vez constata-se que na região mais desenvolvida as diferenças são tanto mais acentuadas quanto mais elevados os salários para os trabalhadores de um e outro sexo.

No setor formal do mercado de trabalho (Tabela 23), os rendimentos são mais elevados do que os do mercado em geral, para ambos os sexos, tanto no país quanto nas regiões pesquisadas, embora se deva atentar para o fato de que os dados referem-se a datas diferentes. As desigualdades entre os sexos, no entanto, persistem, a não ser pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde a igualdade salarial explicitada na Constituição parece prevalecer. No Nordeste, onde se verificam os mais baixos salários de todo o país no mercado global, as desigualdades sexuais no formal são reduzidas, o que não parece uma grande conquista face a rendimentos tão achatados para homens e mulheres.

⁹ Não há informações sobre essa questão nos Censos Demográficos e PNAD.

Examinando as desigualdades sexuais nos diferentes setores de atividade que compõem a parcela formal do mercado de trabalho (Tabela 24) confirma-se que elas persistem na maior parte dos casos: no Brasil as diferenças entre os rendimentos das trabalhadoras e os de seus colegas são acentuados na indústria, mas são reduzidos em outros setores, como no Comércio, na Administração Pública e em Serviços Industriais. Já na Construção Civil e na Extração Mineral, o que se observa é a existência de rendimentos idênticos, no primeiro caso, ou superiores para as mulheres, no segundo. Como esses são setores de atividades nos quais a parcela feminina de trabalhadores é muito pequena (apenas 4,7% dos empregos na construção civil e 5,5% na extração mineral são ocupados por mulheres, em comparação a mais de 30% dos empregos de todo o setor formal), pode-se supor que as mulheres que neles ingressam disponham de determinadas credenciais, como instrução e qualificação, que as habilitem a ganhar salários mais elevados. Como as mulheres dificilmente ocupam cargos como pedreira ou mineira, estão exercendo no setor funções de nível médio ou superior, o que é confirmado por dados sobre escolaridade da PEA por setor de atividade (Bruschini, 1988).

A comparação regional oferece algumas surpresas: nos serviços industriais de utilidade pública, os salários de um e outro sexo são idênticos no Nordeste, mas é em Minas Gerais e Espírito Santo que a mulher mostra mais conquistas em termos de equiparação salarial: os rendimentos são iguais no mercado como um todo e os ganhos femininos são maiores nos setores já apontados — construção civil e extração vegetal — nos quais a presença feminina é irrisória. Mas é na administração pública que as mulheres exibem sua maior conquista, em termos de igualdade de gêneros: metade das funcionárias públicas ganham, em média, três salários mínimos, enquanto os funcionários não ultrapassam 2,4 salários.

As desigualdades salariais, portanto, embora permaneçam no setor mais organizado da economia como um todo, apresentam-se de maneira bastante diversificada quando se observam mais detidamente os setores de atividade formal. Esses pequenos espaços de mudança, contudo, não eliminam duas questões: a primeira delas é que a desigualdade salarial entre os sexos existe em quase todas as situações examinadas, apesar da Constituição brasileira e da Legislação Trabalhista rezarem que a trabalho igual corresponde salário igual. Outra questão diz respeito à predominância de baixos níveis salariais para ambos os sexos, em todos os setores. De qualquer forma, porém, o que se pode extrair também da tabela examinada é a hipótese de que é no setor formal da economia que a mulher, além de ter seus direitos garantidos, pode vir a encontrar pequenos espaços para superar sua condição de trabalhadora discriminada.

4. Desemprego

As reduzidas taxas de desemprego apontadas nas coletas censitárias, Censos ou PNAD, para os trabalhadores de ambos os sexos, não refletem a realidade da economia brasileira e resultam de uma inadequação no sistema de coleta dos dados.

Nas estatísticas censitárias, o conceito de desemprego refere-se apenas à relação entre o número de pessoas que estão procurando trabalho e a população economicamente ativa. Segundo a definição do IBGE, "as 'pessoas procurando trabalho' são as economicamente ativas que, na semana de referência, não estavam trabalhando mas estavam dispostas a trabalhar, tendo para isto tomado alguma providência efetiva para conseguir trabalho, tais como: estabelecido contatos com agências de emprego, empregadores, sindicatos

ou órgãos similares; feito solicitação a parentes ou amigos; procurado anúncios de emprego etc... Compõe-se de pessoas que já haviam trabalhado antes e das que nunca trabalharam e estavam procurando trabalho pela primeira vez" (FIBGE, 1983).

O resultado da utilização desse conceito é que o desemprego acaba sendo subestimado, na medida em que se refere apenas às pessoas ativamente engajadas na procura de um trabalho e não àquelas que desistiram temporariamente, ou que estão engajadas em algum tipo de ocupação mais precária, da qual abririam mão se obtivessem emprego mais regular. Da forma como é apreendido pelas coletas censitárias, o desemprego apresentado, quando muito, poderia se configurar como o desemprego aberto. Por outro lado, a utilização da semana anterior à coleta como período de referência também restringe o número de pessoas à procura de trabalho, pois muitas delas poderiam tê-lo feito em períodos mais distanciados do momento da coleta.

Nas sociedades desenvolvidas nas quais o conceito foi gerado, como de resto todo o modelo deste tipo de coleta, a taxa de desemprego aberto poderia realmente ser utilizada como um indicador relevante da não absorção de mão-de-obra pelo sistema. Na sociedade brasileira, como em outras sociedades subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, porém, a ausência de mecanismos compensatórios como o auxílio-desemprego torna inviável a condição de desempregado para uma parcela ponderável da força de trabalho. A inexistência de um verdadeiro sistema de compensação para os desempregados atuaria como falta de incentivo para que as pessoas se declarassem como desempregadas nas coletas oficiais. Só muito recentemente, em maio de 1986, um programa de seguro-desemprego começou a ser implantado no país, pelo Ministério do Trabalho. Até outubro de 87, segundo dados de relatório interno do Ministério, 764 mil trabalhadores, correspondendo a 66% dos requerentes, haviam recebido o be-

nefício de 1,1 salário mínimo do seguro-desemprego. (Cata/SES/Mtb — Seguro-desemprego, informativo outubro 87).

Questões como essas têm gerado estudos de "subemprego" que, utilizando-se de variáveis como renda, produtividade, posição na ocupação, número de horas trabalhadas etc... procuram explicar quantitativamente o fenômeno. O pressuposto aí implícito é o de que ao desemprego oculto ou ao subemprego estariam associadas características de baixo nível de renda e produtividade, intermitência do trabalho, baixo nível de qualificação etc... (FIBGE, 1979). Segundo esta ótica estariam implicitamente enquadrados como subempregados, "os trabalhadores manuais situados fora do emprego assalariado: biscateiros, trabalhadores por conta própria, empregadas domésticas, que fazem parte do chamado 'mercado informal de trabalho', na área urbana; e os trabalhadores vinculados ao regime de pequena propriedade familiar, na área rural" (p. 98).

Cabe lembrar, entretanto, que nem sempre a condição de subempregado pode se aplicar aos trabalhadores por conta própria ou aos membros da família sem remuneração e nem tampouco desaparece pela simples integração do indivíduo ao regime de trabalho assalariado. O fato das pessoas estarem ocupadas tampouco significa que sejam assalariadas ou estejam inseridas em relações formais ou estáveis de trabalho, podendo estar exercendo biscates ou pequenos serviços de forma irregular e intermitente (Médici, 1984).

No caso das mulheres, tal argumento seria reforçado pelo seu papel reprodutivo na sociedade, levando grande parte das desempregadas a se declarar como "donas-de-casa", passando a ser computadas como inativas ou fora da PEA, gerando uma subestimação no valor real do desemprego oculto. Este papel feminino pode também estar escondendo atividades econômicas que algumas mulheres executam no domicílio e que lhes permitem conciliar as tarefas domésticas com a geração de recursos e a complementação do salário familiar.

A análise do desemprego se torna, portanto, muito mais complexa quando se trata de apreender a situação da mulher, dada a constante articulação e complementariedade dos espaços produtivo e reprodutivo, que se tornou visível a partir do momento em que a condição feminina começou a ser estudada.

As reduzidas taxas de desemprego aberto da PNAD ou dos Censos em geral representam, portanto, apenas um momento de espera de trabalho, seja pela passagem de um trabalho para outro, seja pela procura de trabalho pela primeira vez.

A análise do desemprego ao longo do tempo também é inviabilizada pela inexistência de informações sobre o número de pessoas procurando emprego, na maior parte dos levantamentos. A partir de 1980, o IBGE vem conduzindo, em seis regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador) uma pesquisa mensal de emprego (PME) visando à apreensão mais correta do volume de emprego e de desemprego nas respectivas regiões. Os conceitos utilizados, contudo, são os mesmos das coletas censitárias — procura ativa de trabalho, semana de referência etc... — o que não elimina a questão da subestimação. Dados dessa pesquisa, apresentados no Anuário Estatístico de 86, referentes a pessoas de 15 anos ou mais de ambos os sexos mostram que o desemprego diminuiu em todas as cidades de 83 para 85; Recife é a cidade que apresenta as taxas mais elevadas (Tabela 25).

Infelizmente, raros são os dados da PME/IBGE desagregados por sexo. A Tabela 26 apresenta os únicos que foram encontrados; referindo-se apenas a algumas faixas etárias, eles mostram que, quando o desemprego é avaliado em maior profundidade, as taxas femininas costumam ser superiores às masculinas. Em 1986, em várias regiões metropolitanas do país, esse fato é verdadeiro, exceto na faixa dos 20 a 24 anos, na cidade de São Paulo, onde provavelmente é grande a oferta de emprego às jovens dessa idade, o que

não ocorre nas demais regiões metropolitanas. De resto, a tabela indica que o desemprego declina com a idade, para ambos os sexos, até os 30 anos e que, entre as cidades, Recife é a que apresenta as taxas mais elevadas, atingindo sobretudo as mulheres.

A pesquisa de emprego e desemprego que vem sendo realizada na Grande São Paulo, pelo DIEESE, em convênio com o SEADE, tem avançado consideravelmente na análise do desemprego, seja pela ampliação do conceito, o que resulta em um volume apreendido muito maior, seja pela possibilidade de relacioná-lo a características pessoais e familiares dos envolvidos. Infelizmente, porém, a pesquisa é realizada apenas no âmbito da Grande São Paulo, o que impede uma análise comparativa com outras regiões e cidades do país.

No levantamento DIEESE/SEADE, o conceito de desemprego é mais abrangente e inclui tanto o desemprego aberto, captado para um período mais amplo de tempo (procura efetiva de trabalho nos últimos 30 dias), quanto o desemprego oculto. Este último inclui tanto os desempregados com trabalho precário, que procuraram trabalho ao mesmo tempo que exerceram atividades intermitentes como "bicos" ou "quebra-galhos" e os desempregados desalentados, que desistiram de procurar emprego por não tê-lo conseguido.

Dados dessa pesquisa para a Grande São Paulo, comparados às informações sobre desocupação fornecidas pela pesquisa mensal de emprego do IBGE para a mesma região (Tabela 27) mostram que o volume apreendido pelo DIEESE é pelo menos três vezes maior do que o do órgão governamental.

Segundo a pesquisa DIEESE, o desemprego total feminino costuma ser superior ao masculino. No período analisado (outubro de 84 a agosto de 85)¹⁰ ele atinge a taxa de 16,4% enquanto o de-

¹⁰ A pesquisa de emprego e desemprego continua sendo conduzida pelo DIEESE/SEADE na Grande São Paulo, e dados mais atualizados poderão ser obtidos. No entanto, nem sempre os dados são desagregados por sexo e demais características simultaneamente, como no artigo de Haga (1986), que se dedica especificamente à situação da mulher no mercado de trabalho e do qual foram extraídas as referências aqui apresentadas.

semprego masculino se situa ao nível de 11,0. (Tabela 28) Este diferencial é mais elevado quando se refere ao desemprego aberto, o que indica que as mulheres estão mais ativamente engajadas na procura de trabalho do que o sexo oposto. Enquanto isso, em virtude da expectativa social que pesa sobre o homem de ser o provedor da família, a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário ou temporário é mais elevada entre os homens. Em contrapartida, o desemprego oculto pelo desalento é superior entre as mulheres: as funções reprodutivas e as responsabilidades familiares e maternas que recaem sobre a mulher favorecem seus ocultamento ou "acomodação" sob a rubrica de dona-de-casa. Nesse caso ela será provavelmente classificada como inativa e só uma pesquisa em maior profundidade perceberá que esta situação pode muitas vezes encobrir a real condição de desemprego oculto da mulher. Assim, não só a intensidade, mas também a forma pela qual o desemprego atinge as mulheres é diferente da que incide sobre os homens.

Apesar das inconsistências e contradições, os dados permitem concluir que o desemprego flutua constantemente, sensível a quaisquer alterações na conjuntura econômica do país. De modo geral, é possível afirmar que o desemprego, que vinha aumentando até 83, quando o país atravessava período de aguda crise econômica, passa a declinar nos anos seguintes conforme atestam as estatísticas para o ano de 1985.

A comparação entre dados gerados por fontes de âmbito distinto de atuação, IBGE e DIEESE, mostra que, quando a pesquisa está atenta para situações complexas, que permaneceriam "invisíveis" nos levantamentos globais — como o subemprego, o trabalho precário ou ocasional, o trabalho domiciliar, os afazeres domésticos abrigando mulheres que gostariam de trabalhar se encontrassem emprego — os índices não só são muito mais elevados, mas também diferem entre os sexos. O desemprego feminino é mais elevado, dado

o volume de mulheres que estão ativamente engajadas na procura de trabalho e das desalentadas, que provavelmente seriam classificadas como inativas se o olhar fosse menos atento. A outra face das relações entre os sexos que os dados sobre desemprego também revelam, é que os desempregados, dado seu papel de provedor na sociedade, buscam de qualquer modo garantir a sobrevivência familiar, enquanto procuram trabalho melhor, mais regular ou mais bem remunerado.

5. Resumo e Discussão

Ao longo do período analisado neste artigo, a nação brasileira passou por momentos bastante distintos no seu processo de desenvolvimento econômico.

Nos anos setenta, sobretudo em sua primeira metade, o país viveu um período de crescimento e expansão da riqueza, embora no contexto de um sistema político autoritário e de um modelo econômico concentrador de renda e gerador de extremas desigualdades sociais. Nos últimos anos da década de 70 e início dos anos 80 passou a assistir ao desencadear de uma aguda crise econômica, que provocou elevadas taxas inflacionárias, bem como o desemprego e a deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. Os dados referentes ao período 80-83 são reveladores dessa crise, indicando crescimento da informalização do mercado, com a ampliação do número de empregados sem carteira profissional assinada e aumento de trabalhadores desempregados.

As informações referentes ao período 83 a 85 mostram a redução do impacto da crise nesses dois anos, indicada pelo declínio do número de desempregados e de empregados sem registro.

A sensibilidade de instrumentos como os Censos e as PNADs para períodos de conjuntura econômica conturbada, as diferenças nas formas de captação dos dados nos vários levantamentos e o reduzido espaço de tempo entre os dois últimos anos analisados não permitem afirmações conclusivas. Contudo, os dados mostram que os efeitos mais danosos do período recessivo foram absorvidos pela economia, a ponto desta mostrar indícios de se recuperar. Também é certo que, apesar de momentos de recuo, nos quais aumenta o desemprego e o subemprego, diminuindo a proteção ao trabalhador, a economia mostra tendências irreversíveis a uma formalização nas relações de trabalho, como resultado da urbanização e da industrialização que acompanham o avanço do capitalismo. A comparação dos dados da economia paulista com as demais regiões do país oferece várias pistas de que estas afirmações são verdadeiras.

Este contexto econômico e social em constante transformação vem atuando sobre a mulher de diversas maneiras.

Até 1980 os dados revelam um crescimento da participação feminina em atividades econômicas de mercado não apenas intenso, mas até mesmo superior, em números relativos, ao ocorrido com o sexo masculino.

Para muitos analistas este movimento seria a resultante direta da necessidade de complementar a renda familiar do trabalhador, desgastada pela queda do poder real dos salários. Premidas pela necessidade econômica e pela impossibilidade de garantir, com o salário do chefe, o sustento de todo o grupo, as famílias seriam forçadas a lançar mão do trabalho de outros membros, especialmente suas mulheres e seus filhos.

O ingresso acentuado das casadas e das mães das camadas mais pobres no mercado de trabalho, bem como a ampliação das taxas de atividade econômica dos muito jovens, são indícios de que estas hipóteses são verdadeiras.

Contudo, a abertura de novas oportunidades de emprego e a acomodação da força de trabalho feminina em setores dos quais ela vinha sendo alijada até 70, como o industrial, e em ocupações que se expandiram como consequência do maior dinamismo da economia, como o comércio e a administração, revelam também outras explicações para o incremento do contingente de trabalhadoras.

Não há dúvida de que a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres a níveis mais elevados de instrução, com uma consequente redução de suas taxas de fecundidade, são razões igualmente válidas para impulsionar as mulheres para o trabalho remunerado. A acentuada mudança de valores em relação ao papel da mulher na sociedade, ocorrida desde o final dos anos sessenta, teria reforçado esse movimento, provocando novos comportamentos e atitudes, tanto ao nível das famílias quanto do ponto de vista dos empregadores.

O elevado percentual de mulheres casadas e com alto nível de instrução que estão à procura de trabalho (Bruschini, 1988), a atividade mais acentuada das casadas mais instruídas e das mães de poder aquisitivo relativamente maior, como os dados revelaram, são indícios não só dessas mudanças, mas também de que o ingresso da mulher no mercado de trabalho não pode ser explicado somente pela necessidade econômica.

Necessidade econômica e mudanças de comportamento, por outro lado, não levariam as mulheres a entrar no mercado de trabalho se não houvesse emprego. A expansão da economia, a urbanização acelerada e a industrialização não podem, portanto, ser descartadas como forças motivadoras, atraindo para o mercado a população trabalhadora feminina. A relativa redução do trabalho feminino em setores tradicionais, como o de serviços e em ocupações desprivilegiadas, como o emprego doméstico, ao lado da expansão de oportunidades de emprego de nível médio, demonstrada pela elevação do número de secretárias e de balconistas, significam, a longo prazo, uma

transformação na qualidade da incorporação das novas trabalhadoras. A maior presença de assalariadas, mantendo vínculos regulares e formalizados de emprego, é também um indício desse processo.

A recessão econômica dos primeiros anos da década de 80 modifica esse quadro, provocando aumento nas taxas de desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal e se refletindo no aumento de autônomos e no subemprego.

A escassez de dados desagregados por sexo para os anos posteriores a 80 e a inconsistência das informações relativas ao desemprego entre as várias fontes utilizadas dificultam o exame de efeitos supostamente diferenciados por sexo, da crise econômica. Para alguns analistas as mulheres seriam as mais atingidas no momento de crise, perdendo seu emprego mais rapidamente e em maior número. Para outros, contudo, a divisão sexual do trabalho poderia, ao contrário, proteger as mulheres dos piores efeitos da recessão, devido à sua concentração em tarefas e ocupações tipicamente femininas e justamente por causa de sua posição discriminada no mercado de trabalho.

Hoje já se pode afirmar com maior segurança que esta segunda vertente é a mais correta. A crise econômica não repercutiu negativamente sobre o sexo feminino, alijando as mulheres do mercado de trabalho ou impedindo-as de nele ingressar. Pelo contrário, as mulheres se incorporaram cada vez mais na população economicamente ativa a um ritmo superior ao dos homens, mesmo no período recessivo mais agudo. E o que é mais importante, ingressaram intensamente no segmento mais organizado do mercado, que pressupõe melhores condições de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas. Alguns trabalhos mais recentes como os de Saboia (1985), Oliveira (1987) e, principalmente Spindel (1987) revelam que o período recessivo vivido pelo país nos primeiros anos da década de 80 não in

cidou mais negativamente sobre as trabalhadoras do que sobre seus colegas. Nossos dados mostram que as mulheres continuam conquistando mais espaços de trabalho, ainda que este processo não ocorra sem discriminações e sobrecarga. A força de trabalho feminina cresce, abre novos caminhos, se reacomoda. Historicamente alocada em atividades informais de trabalho, frequentemente invisíveis, clandestinas, sem remuneração e sem registro profissional, as mulheres entram com vigor no segmento formalizado do mercado de trabalho, onde têm acesso às garantias trabalhistas que lhe são devidas por lei, como licença-maternidade e direito a creche para seus filhos.

A tendência à formalização no emprego das mulheres, porém, não significa que seu caráter eminentemente feminino venha sendo alterado. Pelo contrário, foi precisamente o caráter feminino de certas ocupações, como o emprego público, que garantiu seu crescimento mesmo durante a recessão. Na máquina estatal, responsável nesse período pela maior parte da ampliação dos empregos no setor formal da economia, a expansão de equipamentos sociais como escolas e creches também justifica porque grande parte deles foi ocupada por mulheres.

Infelizmente, os dados revelam também que a mulher continua sendo uma trabalhadora discriminada, que ganha salários mais baixos que o homem em todas as situações examinadas: em qualquer ocupação, nas ocupadas maciçamente por mulheres e independente de sua experiência no trabalho. Além disso, a trabalhadora tem menor acesso às garantias trabalhistas e segue sendo segregada em "guetos" ocupacionais. Por outro lado, sua condição de trabalhadora remunerada é possibilitada ou constrangida por sua posição na família, uma vez que a definição social de seu papel determina, como sua função prioritária, a reprodutiva e doméstica.

O caráter complementar e secundário da atividade feminina na esfera produtiva é que permite e legitima a condição discrimi-

minada que a mulher detém no mercado de trabalho. A inexistência de infra-estrutura de apoio, como as creches, para todas as famílias e não só para as mulheres que trabalham fora, reserva às esposas e mães o papel de responsáveis únicas pelo bem-estar do grupo familiar. Para grande parte das mulheres está reservada a dupla jornada de trabalho, se elas detêm uma ocupação remunerada fora de casa; para outras que, na tentativa de conciliar as responsabilidades familiares e econômicas, exercem uma atividade geradora de renda no próprio domicílio, o que as espera é a sobrecarga física e emocional de um cotidiano fragmentado em múltiplas e díspares atividades. Para aquelas que se dizem "apenas donas-de-casa" e que são classificadas pelas estatísticas como inativas, o cotidiano nem por isso é mais suave; os estudos de orçamento-tempo mostram que as esposas gastam mais horas diárias nos afazeres domésticos do que a jornada regular de 8 horas de trabalho, mesmo que elas disponham de auxílio, seja ele remunerado ou proveniente da rede de parentesco e vizinhança.

Mas, apesar das condições desfavoráveis que enfrenta quando vai trabalhar — seja pela discriminação que encontra no mercado, seja pela necessidade de arcar com a dupla jornada — o impacto da presença feminina nas atividades produtivas, a longo prazo, poderá vir a gerar mudanças significativas, tanto a nível da família quanto do lado dos empregadores.

De um lado, o fato de trabalhar fora e obter sua própria renda, mesmo que esta seja integralmente absorvida pelo fundo familiar comum, pode levar a mulher a se sentir mais independente e com mais espaço de decisão. Em pesquisa sobre o cotidiano familiar urbano em São Paulo, ao entrevistar donas-de-casa e seus companheiros, observamos que as esposas que trabalhavam fora e contribuíam para a renda familiar assumiam papel mais ativo em todas as decisões, em comparação com aquelas que permaneciam no espaço domésti-

co (Bruschini, 1986). Os dados aqui apresentados revelam que, se as desigualdades salariais persistem mesmo no setor mais organizado da economia, pequenos espaços de mudança podem ser constatados quando se observam mais detidamente os setores de atividade desse segmento do mercado de trabalho. Parece ser, portanto, no setor mais formal da atividade econômica que a mulher, além de ter seus direitos assegurados, pode vir a encontrar alguns espaços para superar sua condição de trabalhadora discriminada.

A pressão cotidiana da soma de responsabilidades domésticas e profissionais sobre a mulher, de outra parte, pode gerar uma demanda por uma distribuição mais equilibrada de papéis na unidade familiar. Reivindicar uma divisão de trabalho mais igualitária no âmbito privado do lar, condição indispensável para superar a discriminação na esfera pública, requer que o trabalho invisível se torne visível e consciente para a mulher, a família e a sociedade.

Mas a melhoria na posição relativa de qualquer categoria social exige também sua organização através de lutas e movimentos voltados para a superação das discriminações. Às mulheres, como a outros grupos discriminados, cabe se organizar para lutar por seus direitos e pela transformação da família e da sociedade. É o que elas vêm fazendo com vigor nos últimos anos, pleiteando para que suas reivindicações sejam atendidas e legitimadas em todos os fóruns. As conquistas obtidas pelas trabalhadoras na nova Constituição mostram que as mulheres estão cada vez mais atentas e ativas na luta pela obtenção da cidadania e de direitos iguais aos dos homens.

TABELAS

TABELA 1
TAXAS DE ATIVIDADE* MASCULINAS E FEMININAS

ANO		BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		MINAS GERAIS ESPIRITO SANTO	
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1970	TOTAL	71,9	18,2	72,3	23	73,4	16,3		
	URBANO	65,5	22,3	70,3	25,5	61,8	19,2		
	RURAL	80,1	12,2	80	11,3	81,4	13,6		
1976	TOTAL	73,6	28,8	73,9	30,4	73,5	28,7	72	23,2
	URBANO	68,6	28,9	72,9	31,2	68,6	28,9	66,6	27,1
	RURAL	82,9	28,4	79,4	24,7	82,8	28,1	80,8	15,8
1980	TOTAL	72,4	26,6	75,3	32,6	70,4	22,7		
	URBANO	70	30,5	74,7	34	63,8	26,1		
	RURAL	77,6	17,1	79,5	20,2	77,8	18,6		
1983	TOTAL	74,8	35,6	75,6	37,4	73,4	33,7		
	URBANO	71,6	35,6	74,8	37,5	66,6	37,3		
	RURAL	83	35,4	83,2	37	81,5	35,2		
1985	TOTAL	76	36,8	76,2	38,8	75,4	34,9	77,6	34,6
	URBANO	73	37,5	75,6	39,2	69,2	34,5	72,9	37,9
	RURAL	83,8	35	72,6	34,7	82,8	35,6	88,3	26,4

* Porcentagens de trabalhadores e de trabalhadoras sobre os totais de homens e de mulheres d 10 anos e mais.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

----- Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.7.

----- PNAD 76. Tabela 16.

----- PNAD 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 2
EVOLUCAO DA PEA MASCULINA E FEMININA (EM MILHOES) NO PERIODO 70-85

ANO	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1970	23.3	6.1	4.8	1.5	6.7	1.6		
1976	28.2	11.4	6.2	2.5	8.3	3.3	3.8	1.2
1980	31.3	11.8	7.2	3.1	8.6	3.1		
1983	34.1	16.8	7.9	4	9.3	4.5		
1985	36.6	18.4	8.6	4.4	10	5	4.7	2.2

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

----- Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.7

----- PNAD 76. Tabela 16.

----- PNAD 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 3
PARTICIPACAO PERCENTUAL FEMININA NA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA* - 1970 A 1985

ANO	CONDICAO DE DOMICILIO	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	
		PEA	% DE M	PEA	% DE M	PEA	% DE M	PEA	% DE M
1970	TOTAL	28935485	20,7	6186039	24,4	8240461	19,2		
	URBANO	16023244	27,3	5034132	27,4	3116204	27,1		
	RURAL	12912241	12,5	1151907	10,9	5124257	14,4		
1976	TOTAL	39717916	28,8	8791836	29,2	11591778	28,2	5064283	24,8
	URBANO	24796931	31,3	7529838	30,4	4795642	32,8	3131796	30,6
	RURAL	14920985	24,6	1261998	21,8	6796136	25	1932487	15,4
1980	TOTAL	43235712	27,4	10411726	30,4	11669564	26,5		
	URBANO	30249420	31,9	9253752	31,8	5671982	32,7		
	RURAL	12986292	16,9	1157974	18	5781978	20,4		
1983	TOTAL	50940700	33	11989659	33,5	13815356	32,9		
	URBANO	36128344	34,9	10808565	34,1	7113080	35,9		
	RURAL	14812356	28,4	1181094	28,1	6712276	29,7		
1985	TOTAL	55098494	33,5	13084367	34,2	15032492	33,3	6996400	31,4
	URBANO	39692627	35,7	11960707	34,8	7908098	36,5	4875639	36
	RURAL	15405867	27,9	1123660	27,2	7127394	29,6	2120761	21

* Percentagens de mulheres no conjunto de trabalhadores.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

----- Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.7.

----- PNAD 76. Tabela 16.

----- PNAD 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 4
TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE ECONOMICA* POR IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO - BRASIL

IDADE E SITUACAO DE DOMICILIO	1970		1976**		1980		1983		1985	
	MS	MS	MS	MS	MS	MS	MS	MS	MS	MS
TOTAL	71.9	18.2	73.6	28.8	72.4	26.6	74.8	35.6	76	36.8
10 a 14 anos	19.2	6.5	25.7	11.4	20.2	8.6	25.1	11.8	26.5	12.2
15 a 17 anos	54.9	21.4	68.8+	37+	64.8+	31.2+	63.7	35.7	66.8	37.1
18 a 19 anos	73.5	27.3					81.6	46.9	83.3	49
20 a 24 anos	87.7	27.7	89.9	41.5	90	39	92.4	49.1	92.5	50
25 a 29 anos	95.9	23.1	96.4	36.9	96	35.9	96.9	46.7	97.1	48.4
30 a 39 anos	96.7	20.1	96.5	34.8	96.5	34.2	97.2	47.2	97.4	49.7
40 a 49 anos	94.2	19.5	93.4	30.5	93.1	30	93.9	42.6	93.9	43.5
50 a 59 anos	85.7	15.4	84.1	23	82.2	21.3	81.4	30	80.7	30.2
60 anos + idade ignorada	59.1	7.9	49.5	9.7	44.9	7.7	44.1	10.7	45.2	10.4
URBANA	65.5	22.3	68.6	28.3	69.9	30.5	71.6	35.6	73	37.4
10 a 14 anos	6.6	5.6	10.4	6.3	11.9	7.5	14.4	7.8	16	8.7
15 a 17 anos	38.8	25	54.6+	33.9+	59+	35+	53.2	33.1	57.7	34.7
18 a 19 anos	61.4	34.6					76.8	47	78.9	49.9
20 a 24 anos	82.2	36.3	83.2	43.5	88.7	45.8	90.9	51.4	91	52.7
25 a 29 anos	94.3	30.3	93.6	40.1	95.6	42	96.6	48.4	96.8	51
30 a 39 anos	95.6	26.5	94.3	36.7	96.1	39.7	96.9	48.1	97.1	51.3
40 a 49 anos	91.8	23.5	90.7	30.3	91.6	34.2	92.6	42.9	92.7	44.6
50 a 59 anos	78.3	16.5	78.4	21.2	77.2	23	76.9	28.7	76.1	28.8
60 anos e mais	44.1	6.5	38.7	7.5	37.5	7.4	37	9.1	37	8.89
RURAL	80.1	12.2	82.4	28.3	77.5	17.1	83	35.4	83.8	35
10 a 14 anos	33.4	7.6	48.2	19.5	34.2	10.5	47.5	20.4	48.5	20.1
15 a 17 anos	73.1	16.5	85.9+	40.4+	76+	22.3+	86	42.4	86.2	43.7
18 a 19 anos	87	17					93.5	46.5	94	46.3
20 a 24 anos	94.6	15	95.2	32.5	93.1	20.5	96.9	41.4	96.7	41.2
25 a 29 anos	97.8	12.1	97.1	27.6	97	18.5	97.9	40.6	98.2	39.2
30 a 39 anos	98.3	11.2	97.6	29.7	97.5	19.4	98.2	44.3	98.3	43.7
40 a 49 anos	97.7	12.9	96.9	30.3	96.5	19.1	97.3	42	97.2	39.9
50 a 59 anos	95.4	13.6	93.3	27.1	93.1	16.9	93.1	34	93.4	34.9
60 anos e mais	78.5	10.4	66.9	16	59	8.4	59.7	15.7	64.2	15.3

* Porcentagens de economicamente ativos sobre totais em cada faixa etaria.

** Em 1976 estao incluidas apenas as pessoas efetivamente ocupadas.

+ Dados referentes as faixas etarias 15 a 17 anos e 18 a 19 anos, agregadas.

Fontes: IBGE/UNICEF. Perfil Estatistico de crianas e maes no Brasil - caracteristicas socio-demograficas. Tabela 3.1.1.A

IBGE. Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.1.

----- . PNAO 76. Tabela 16.

----- . PNAO 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 4.1
TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE ECONOMICA* POR IDADE E SITUACAO DE DOMICILIO - SAO PAULO

IDADE E SITUACAO DE DOMICILIO	1970		1976		1980		1983		1985	
	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS
TOTAL	72.3	23	73.9	30.4	75.2	32.6	75.6	37.4	76.2	38.8
10 a 14 anos	13.1	9	15.6	9.5	16.4	10.5	17.4	10.8	18.2	10.9
15 a 17 anos	57.9	37.2	71.3+	47.8+	70.5+	47.3+	64.8	45	70.1	46.3
18 a 19 anos	74.7	42.3					84.1	57.9	86	61.3
20 a 24 anos	88.8	38.8	90.4	48.1	92.1	49.6	93.6	55.8	93.6	57.7
25 a 29 anos	96.1	28.2	96.7	38.2	96.8	41.7	97.5	47.5	97.6	51.5
30 a 39 anos	97.1	24.2	96.7	35	96.6	38.2	97.4	46.1	97.4	49.8
40 a 49 anos	93.7	20.1	92.4	28.1	92.3	31.8	92.4	41	93.3	41.8
50 a 59 anos	79.9	12.3	80	17.2	77.6	20.3	76.6	25	74.4	26.1
60 anos + idade ignorada	46.5	4.6	39.3	5.6	38.1	6.1	37.6	7.6	35.4	5.8
URBANA	70.3	25.5	72.9	31.2	74.7	33.9	74.8	37.5	75.6	39.2
10 a 14 anos	8.8	9.1	11.4	8	14.2	10	14	9.2	16.1	15.3
15 a 17 anos	53	39.3	65.9+	45.8+	70.6+	48.7+	62.3	43.6	68.2	45.4
18 a 19 anos	70.6	46.9					83	58.2	85.1	62.2
20 a 24 anos	87.3	43.4	86.2	49.4	91.8	52.1	93.2	56.6	93.1	58.6
25 a 29 anos	95.7	32	95	40.1	96.7	43.7	97.4	48.1	97.5	52.5
30 a 39 anos	96.8	27.5	95.2	36.6	96.6	39.9	97.3	46	97.3	50.3
40 a 49 anos	92.9	22.6	91	28.9	91.9	33.4	91.9	41.5	93	42.5
50 a 59 anos	76.8	13.5	77.8	17.4	75.9	21.1	75	25.1	73.4	26.3
60 anos + idade ignorada	40.2	4.6	35.8	5.7	35.3	6.3	35	7.5	33.1	5.9
RURAL	30	11.3	79.4	24.7	79.4	20.1	83.2	37	82.6	34.7
10 a 14 anos	28.3	9	29.5	14.8	29.4	13.6	42.5	23	34.8	19.5
15 a 17 anos	74	28.1	83.1+	48.6+	81.2+	35.8+	83.4	56.9	85.9	54.8
18 a 19 anos	88.9	21.8					93.6	55	94.7	52.9
20 a 24 anos	94.7	15.6	93.9	30.2	94.7	25.3	97	46	98.5	46.1
25 a 29 anos	98.1	9.3	97.6	21.6	97.2	20.6	98.7	39.4	98.8	38.5
30 a 39 anos	98.6	7.3	97.5	21	96.9	21.1	98.7	46.3	98.6	43.8
40 a 49 anos	97.4	6.1	95	21.4	95.3	16.4	97.6	35.2	96.3	32.9
50 a 59 anos	93.4	5.2	90.3	15.7	90.3	11.9	90.9	23.2	88.7	22.2
60 anos + idade ignorada	73.6	4.5	62.4	6.5	59.6	4.7	60.1	9.6	59.8	4.8

* Porcentagens de economicamente ativos sobre os totais em cada faixa etaria.

+ Dados referentes as faixas etarias 15 a 17 anos e 18 a 19 anos, agregadas.

Fontes: IBGE/UNICEF. Perfil Estatistico de crianas e maes no Brasil. Caracteristicas socio-demograficas. Tabela 3.1.3.A.

IBGE. Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.1.

----- PNAD 76. Tabela 16.

----- PNAD 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 4.2
TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE ECONOMICA* POR IDADE E SITUACAO DO DOMICILIO - NORDESTE

IDADE E SITUACAO	1970		1976		1980		1983		1985	
	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS
TOTAL	48.8	11	75.4	27.6	71.1	23.8	73.4	33.7	75.4	34.9
10 a 14 anos	26.8	5.8	37.3	12.9	25.5	1.6	30.4	12	33.4	13
15 a 17 anos	55.3	14.9	69.9+	31.4+	55.1	20.8	64	28.4	65.6	30.9
18 a 19 anos	73.9	20			72.3	27.1	79.8	39.6	80.5	40.3
20 a 24 anos	86.4	21.7	89.6	36.1	88.7	24.9	90.8	44.1	90.9	44.6
25 a 29 anos	95.6	20.2	96.5	33.5	95.6	24.9	96.4	45.6	96.5	46.3
30 a 39 anos	97	19.1	96.4	35	96.2	3.3	96.8	47.3	97.3	49.6
40 a 49 anos	95.8	19.7	95.4	32.6	94.3	37.1	94.9	44.7	95.2	47
50 a 59 anos	91.2	18.5	91	28.7	87.8	27.7	87.1	35.3	87.9	40.6
60 anos e mais	70.9	10.8	61.2	14	30.2	9.4	50.3	13.9	54.6	14.2
URBANA	41.6	13.7	64.9	27	64.2	20	66.6	37.3	69.2	34.5
10 a 14 anos	6.8	3.7	12.6	5.5	11.1	6	15.8	12.4	16.7	7.3
15 a 17 anos	29.8	15.1	70+	31.4+	38.5	9.3	64	28.4	4.8	24.8
18 a 19 anos	54.9	24.1			63.3	30.3	79.8	39.6	71.4	38.2
20 a 24 anos	75.6	29.2	89.6	36.1	89.1	37.8	90.8	44.1	87.3	47.2
25 a 29 anos	92.2	27.5	96.5	33.6	94	53.9	96.4	45.6	95.5	49.8
30 a 39 anos	95	76.6	96.4	35	95.2	40.1	96.8	47.3	96.4	51.9
40 a 49 anos	92.6	23.5	45.6	32.6	78	36.5	94.9	44.7	93	46.2
50 a 59 anos	83.5	19.8	90	28.7	81.2	24.8	87.1	35.3	82	33.2
60 anos e mais	53.8	8.4	47.4	10.4			40.5	10.2	45.1	11
RURAL	53.6	9	84	28.1	78.1	20	81.5	35.2	82.8	35.6
10 a 14 anos	40.2	7.3	55.7	19	40	11.7	35.2	17.7	50.5	19.5
15 a 17 anos	72.8	14.8	85.8+	36.4+	72.1	21.6	85	34.9	84	39.7
18 a 19 anos	86	16.5			82.7	22.9	92.6	43.3	91.8	43.3
20 a 24 anos	94	15.5	95.2	31.7	93.5	22	96.4	41.3	96	40.4
25 a 29 anos	97.9	14.3	98	26	97.2	21.3	97.6	43.3	98	40.8
30 a 39 anos	98.4	14	98.2	31.1	97.3	24.5	97.9	46.7	98.6	48.3
40 a 49 anos	98.1	16.3	97.8	33.4	97.7	27.4	97.5	45.5	97.7	44.6
50 a 59 anos	96.3	17.4	95.6	30.8	94.2	25.1	94.3	38.5	47.6	39.8
60 anos e mais	81.4	12.9	70.7	1.7			59.6	18.6	64.5	18.6

* Percentagens de economicamente ativos sobre os totais em cada faixa etaria.

+ Dados referentes as faixas etarias 15 a 17 anos e 18 a 19 anos, agregadas.

Fontes: IBGE/UNICEF. Perfil Estatistico de crianas e maes no Brasil - caracteristicas socio-demograficas.

Tabela 3.1.2.A.

IBGE. Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.1.

_____. PNAD 76. Tabela 16.

_____. PNAD 83 e 85. Tabela 3.1.

TABELA 4.3
TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE ECONOMICA
POR IDADE E SITUACAO DE DOMICILIO
1980 - 1985

IDADE E SITUACAO DE DOMICILIO	MINAS GERAIS				ESPIRITO SANTO			
	1980		1985		1980		1985	
	HS	MS	HS	MS	HS	MS	HS	MS
TOTAL	71.8	23.8	76.2	34.1	72	23.1	79.1	36.6
10 a 14 anos	17.8	7.8	28.6	11.6	18.8	7.1	29.5	13.7
15 a 17 anos	59.6	26.6	70.4	37.4	56.3	22.9	74.4	32.6
18 a 19 anos	78.9	35.9	86.5	48.5	78.1	32	89.4	50.2
20 a 24 anos	89.9	36.8	92.4	49.1	90.3	34.2	93.5	46.8
25 a 29 anos	95.5	31.8	96.2	44.5	97.8	31	98	46
30 a 39 anos	95.8	38.1	96.3	43.9	96.1	30.4	98	48.9
40 a 49 anos	92.5	24.8	93	39	93.2	26.3	94	41.2
50 a 59 anos	83.4	18.1	81.7	26.6	84.7	18.2	83.5	30.2
60 anos e mais	46.4	6.6	46.5	10.6	61.1	8	50.4	11
URBANA	69.6	29.1	72.6	37.4	68.9	28.6	74.5	41.1
10 a 14 anos	13	8.6	19	10.4	11	7.1	15.7	12
15 a 17 anos	54.4	31.4	61.6	37	46.6	25.8	59.3	31.2
18 a 19 anos	75.5	43.3	81.4	50.3	73.4	39.8	84.1	53.6
20 a 24 anos	88.5	45	90.4	54.1	88.5	42.7	91.6	54.9
25 a 29 anos	95	39.2	95.5	50	95.6	38.1	97.9	52.9
30 a 39 anos	95.2	36.3	96	48.9	95.4	38.3	98.5	52.1
40 a 49 anos	90.7	30.8	91.4	43.6	91	33	91.9	47.1
50 a 59 anos	78.8	21.6	79.3	28.1	79.2	21.6	74.9	34.3
60 anos e mais	38.7	7.1	35.3	11	36.9	5.9	37.1	10.9
RURAL	76	11	84.3	24.9	77.5	11.8	86.1	28.2
10 a 14 anos	26.3	6.3	47.1	14.1	30.5	7.2	48.5	15.8
15 a 17 anos	69.8	16	80.3	38.5	72.2	17.3	93.3	34.7
18 a 19 anos	86.1	17.7	97	43.6	86.2	16.6	95.6	42.3
20 a 24 anos	93	15	97.4	31.6	93.8	14.6	95.8	31
25 a 29 anos	96.8	11.7	98.2	25.7	97.2	12	98.1	29.2
30 a 39 anos	97	10.7	97.1	27	97.7	12.6	96.9	41
40 a 49 anos	96.1	10.9	96.4	26.9	97	12.7	97.4	29.7
50 a 59 anos	92.8	9.8	94.3	22.5	93.5	11.4	96.5	23.8
60 anos e mais	59.9	5.5	67.9	9.5	58.8	4.7	67	11.3

Fontes: IBGE. Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.1.

----- PNAD 85. Tabela 3.1.

TABELA 5
TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA* POR ESTADO CONJUGAL

	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		MINAS GERAIS		ESPIRITO SANTO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
SOLTEIRAS	37	33.2	45	46.4	27.2	25	32.7	31.9	29.1	29.2
CASADAS	9.8	19.5	11.8	21.6	9.2	18.6	6.9	15.3	6.8	16.9
SEPARADAS(**)	44.4	56.7	44.2	62.1	32	52.5	37.4	50.7	35.2	52.2
VIUVAS	20.7	18.7	20.7	18.2		19.6	20.6	17.7	17.9	17.6
UNIDAS CONSENSUALMENTE	12.8	24.7	14.2	31.5		21.7	8.7	19	5.9	18.8
SEM DECLARACAO	26.6	27	27.8	30.5		27.2	19	24.2	10.7	22.6

* Porcentagens de economicamente ativas sobre o total de mulheres de mais de 10 anos em cada categoria.

** O grupo das separadas inclui tambem as desquitadas e divorciadas.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 23

----- Censo 80. Tabela 1.3.

TABELA 6

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR ESTADO CONJUGAL
E SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE
BRASIL / 1980

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CONJUGAL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	30950007	37.5	60.5	1.1	0.9
	MULHERES	11486872	53.4	36.8	5	4.8
ATIVIDADES AGROPECUARIAS	HOMENS	10926939	38.7	59	1.1	1.4
	MULHERES	1571730	45.8	41	5.3	8
IND DE TRANSFORMACAO	HOMENS	5218274	38.1	60.5	0.9	0.5
	MULHERES	1624612	61.3	32	4.1	2.6
INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	HOMENS	3052285	35.2	62.5	1.5	0.8
	MULHERES	56190	59.9	32.2	4.6	3.2
OUTRAS ATIV INDUSTRIAIS	HOMENS	589594	27.5	70.7	1.1	0.7
	MULHERES	59965	44.2	43.7	6.7	5.4
COMERCIO DE MERCADORIAS	HOMENS	2891916	37	61.3	1	0.7
	MULHERES	1078951	57.5	34.7	4.1	3.8
TRANSP E COMUNICACOES	HOMENS	1640736	26	72.3	1.2	0.5
	MULHERES	134288	56.4	35.1	5.4	3.1
PRESTACAO DE SERVICOS	HOMENS	3008956	38.2	59.6	1.4	0.8
	MULHERES	3848763	56.4	31	6.6	6
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	836254	32.5	65.7	1.1	0.7
	MULHERES	2057464	41.3	51.5	3.5	3.7
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	1333350	25.3	72.8	1	0.8
	MULHERES	351652	43.7	47.3	4	5
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	838505	42.8	55.8	0.9	0.5
	MULHERES	376333	64.4	30.2	3.3	2.1
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	613198	88.3	10.3	1	0.4
	MULHERES	326924	75	19.9	2.9	2.2

FONTE: IBGE. CENSO 80. TABELA 1.3

TABELA 6.1

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR ESTADO CONJUGAL
E SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE
SAO PAULO / 1980

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CONJUGAL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	7138462	37.7	60.5	1	0.8
	MULHERES	3071998	56.2	35.7	4	4.1
ATIVIDADES AGROPECUARIAS	HOMENS	980836	39.9	57.4	1.1	1.6
	MULHERES	182651	49.2	42.1	3.4	5.3
IND DE TRANSFORMACAO	HOMENS	2283045	39.2	59.6	0.8	0.4
	MULHERES	744225	66.5	27.8	3.4	2.3
INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	HOMENS	759175	34.7	62.5	1.9	1
	MULHERES	16001	64.3	29.9	3.3	2.5
OUTRAS ATIV INDUSTRIAIS	HOMENS	117645	26.3	72.1	0.9	0.7
	MULHERES	14457	48.9	41.4	5.1	4.6
COMERCIO DE MERCADORIAS	HOMENS	777259	39.1	59.3	0.9	0.7
	MULHERES	306463	59.7	33.9	2.9	3.5
TRANSP E COMUNICACOES	HOMENS	439063	25.8	72.5	1.1	0.6
	MULHERES	40117	58.3	34.1	4.4	3.1
PRESTACAO DE SERVICOS	HOMENS	894120	37.6	60.3	1.2	0.9
	MULHERES	1005734	53.5	35	5.7	5.8
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	229316	33.8	64.5	0.9	0.8
	MULHERES	476499	42.1	50.7	3.2	4
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	275501	22.8	75.4	0.9	0.9
	MULHERES	77939	45.7	45.4	3.3	5.5
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	274199	45.6	53.3	0.6	0.5
	MULHERES	144504	67.4	28.7	2.1	1.9
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	108303	86.2	12.2	1.2	0.4
	MULHERES	63408	71.9	23.8	2.5	1.8

FONTE: IBGE. CENSO 80. TABELA 1.3

TABELA 6.2

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR ESTADO CONJUGAL
E SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE
NORDESTE / 1980

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CONJUGAL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	8179105	37.2	60.7	1.1	0.9
	MULHERES	2764937	50.2	37.1	7.1	5.6
ATIVIDADES AGROPECUARIAS	HOMENS	4543555	38.1	59.7	1	1.2
	MULHERES	776701	43.1	40.6	7.6	8.6
IND DE TRANSFORMACAO	HOMENS	667618	36.3	61.9	1.2	0.6
	MULHERES	251072	52.7	37.8	6.1	3.4
INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	HOMENS	637692	32.6	65.5	1.3	0.6
	MULHERES	9733	57.2	31.5	7.7	3.7
OUTRAS ATIV INDUSTRIAIS	HOMENS	130018	25.9	72.4	1.2	0.5
	MULHERES	15126	39	44.6	10.3	6.1
COMERCIO DE MERCADORIAS	HOMENS	639486	32.2	65.7	1.3	0.8
	MULHERES	221452	49	38.4	7.1	5.5
TRANSP E COMUNICACOES	HOMENS	298893	25.4	72.7	1.4	0.4
	MULHERES	18963	58.6	32	6.7	2.8
PRESTACAO DE SERVICOS	HOMENS	507752	39	58.8	1.5	0.7
	MULHERES	760363	58.1	27.1	9.2	5.5
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	154294	30.1	68.1	1.2	0.6
	MULHERES	465474	41.3	51	4.4	3.4
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	265868	24.4	73.6	1.2	0.8
	MULHERES	85782	43.3	47.2	4.9	4.6
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	127554	42	56.5	1.1	0.5
	MULHERES	50693	63.5	27.9	5.9	2.6
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	206375	88.6	10	1	0.4
	MULHERES	109578	78.1	15.9	3.6	2.4

FORTE: IBGE. CENSO 80. TABELA 1.3

TABELA 6.3

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS POR ESTADO CONJUGAL
E SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE
MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO / 1980

SETOR DE ATIVIDADE		TOTAL	ESTADO CONJUGAL			
			SOLTEIRO	CASADO	SEPARADO	VIUVO
TOTAL	HOMENS	4035626	40.9	57.1	0.9	1.1
	MULHERES	1337526	60.9	30	3.6	5.5
ATIVIDADES AGROPECUARIAS	HOMENS	1616801	39.7	57.8	0.9	1.7
	MULHERES	125497	51.8	30.6	4.5	13.1
IND DE TRANSFORMACAO	HOMENS	508627	41.6	57.1	0.7	0.6
	MULHERES	115925	74	20.7	2.5	2.8
INDUSTRIA DE CONSTRUCAO	HOMENS	508632	40.7	57.3	1.2	0.8
	MULHERES	7155	67.6	26.2	2.5	3.6
OUTRAS ATIV INDUSTRIAIS	HOMENS	102540	32	66.2	0.9	0.8
	MULHERES	9280	47.7	37.8	7.4	7.1
COMERCIO DE MERCADORIAS	HOMENS	335985	44.1	54.5	0.7	0.7
	MULHERES	110535	69.5	25.4	2.2	3
TRANSP E COMUNICACOES	HOMENS	215357	31.3	67.2	0.9	0.6
	MULHERES	13795	67.5	26.4	3	3.1
PRESTACAO DE SERVICOS	HOMENS	347660	45.4	52.8	1.1	0.8
	MULHERES	566411	64.5	24.2	4.8	6.5
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	92544	36.3	62.2	0.8	0.7
	MULHERES	283602	46.8	47.8	2.1	3.4
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	141925	25.4	72.7	0.9	1
	MULHERES	34125	47.1	45.5	2.4	4.9
OUTRAS ATIVIDADES	HOMENS	79335	45.6	53.2	0.7	0.5
	MULHERES	34790	68.9	25.9	3.1	2.1
PROCURANDO TRABALHO	HOMENS	86220	91.4	7.5	0.7	0.4
	MULHERES	36403	82.6	13.6	1.8	2.1

FONTE: IBGE. CENSO 80. TABELA 1.3

TABELA 7
TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA POR NUMERO E IDADE DOS FILHOS*
BRASIL E REGIOES

IDADE DO ULTIMO FILHO VIVO	1970			1980		
	SEM FILHOS	1 FILHO	MAIS DE 1 FILHO	SEM FILHOS	1 FILHO	MAIS DE 1 FILHO
BRASIL	22.7	16.7	13.3	38.8	29.5	24.1
SEM FILHOS	22.5	0	0	38.8	0	0
ATE 6 ANOS	0	13.2	11	0	26.1	20.9
7 A 14 ANOS	0	24.4	18.7	0	41.2	30.3
15 ANOS E MAIS	0	24.1	20.2	0	42	33.2
SAO PAULO	28.1	18.2	13.9	49.3	33.1	26
SEM FILHOS	27.8	0	0	49.2	0	0
ATE 6 ANOS	0	14	11	0	29.1	22.1
7 A 14 ANOS	0	25.1	18.6	0	45.1	31.7
15 ANOS E MAIS	0	26.2	18.3	0	47.1	31.9
NORDESTE	19	16	14.2	29.6	27.2	23.6
SEM FILHOS	18.9	0	0	29.7	0	0
ATE 6 ANOS	0	13.2	12.3	0	23.7	21.4
7 A 14 ANOS	0	22.7	20.6	0	38.6	31.2
15 ANOS E MAIS	0	21.7	23.8	0	40	33.1
MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	18.2	12.2	10.1	30.2	22.3	20
SEM FILHOS	18	0	0	30	0	0
ATE 6 ANOS	0	10.4	8.1	0	19.6	16.9
7 A 14 ANOS	0	17.9	16.5	0	34.8	25.4
15 ANOS E MAIS	0	18.2	17	0	37.3	33

* Percentagem de trabalhadoras entre mulheres de 15 a 49 anos, que sao chefes de familia ou conjuges.

Fonte: IBGE, Censos 70 e 80, Tabulacoes Especiais.

TABELA 8
TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA POR NUMERO DE FILHOS
E SITUACAO DO DOMICILIO
BRASIL E REGIOES

SITUACAO DE DOMICILIO	1970			1980		
	SEM FILHOS	1 FILHO	MAIS DE 1 FILHO	SEM FILHOS	1 FILHO	MAIS DE 1 FILHO
BRASIL	22.7	16.7	13.3	38.8	29.5	24.1
URBANA	30	20.3	16	46.3	33.6	27.9
RURAL	11.6	10.2	9.6	16.4	16	16
SAO PAULO	28.1	18.2	13.9	49.3	33.1	26
URBANA	31.9	20.2	15.7	51.4	34.8	27.2
RURAL	8	6.4	6.1	22.6	15.5	16.1
NORDESTE	19	16	14.2	29.6	27.2	23.6
URBANA	24.7	18.9	16.9	38.6	33.2	27.8
RURAL	14.5	13.6	12.2	18.8	18.5	19.3
MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	18.2	12.2	10.1	30.2	22.3	20
URBANA	26.4	18.1	14.9	38.1	26.6	25.3
RURAL	8.3	5.1	4.8	8.8	8.2	9

Fonte: IBGE, Censos 70 e 80, Tabulacoes Especiais.

TABELA 9
 TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA POR NUMERO E IDADE DOS FILHOS
 E RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA
 BRASIL E REGIOES

REGIAO, RENDA PER CAPITA E IDADE DO ULTIMO FILHO VIVO	1970			1980		
	SEM FILHOS	1 FILHO	2 FILHOS OU MAIS	SEM FILHOS	1 FILHO	2 FILHOS OU MAIS
BRASIL						
ATE 1 SM	14.8	13.2	11.9	18.6	18.8	20.2
SEM FILHOS	14.8	0	0	18.6	0	0
ATE 6 ANOS	0	10.3	10.2	0	14.9	17.3
7 ANOS OU +	0	20.9	17.5	0	32.6	27.2
MAIS DE 1 SM	45.2	31.1	25.5	55.2	38.6	30.5
SEM FILHOS	45.2	0	0	55.2	0	0
ATE 6 ANOS	0	29.1	25.3	0	35.6	27.3
7 ANOS OU +	0	34	25.7	0	49.3	36.1
SAO PAULO						
ATE 1 SM	13.1	13.1	11.3	16.7	18.1	21.9
SEM FILHOS	13.1	0	0	16.7	0	0
ATE 6 ANOS	0	9.5	9.2	0	12.9	17.7
7 ANOS OU +	0	21.9	16.3	0	35	28.6
MAIS DE 1 SM	42.4	27.7	23.2	56.9	37.7	28.1
SEM FILHOS	42.4	0	0	56.9	0	0
ATE 6 ANOS	0	25.3	22.8	0	34.2	24.6
7 ANOS OU +	0	31	23.4	0	49.7	33.4
NORDESTE						
ATE 1 SM	16.6	14.8	13.7	21.8	21.4	21.7
SEM FILHOS	16.6	0	0	21.8	0	0
ATE 6 ANOS	0	12	12	0	17.4	19.4
7 ANOS OU +	0	21.9	21.1	0	34.7	29.6
MAIS DE 1 SM	47.2	33.5	27.7	53	44.2	34.2
SEM FILHOS	47.2	0	0	53	0	0
ATE 6 ANOS	0	35.4	27.5	0	41.5	31.9
7 ANOS OU +	0	29.1	27.9	0	54.6	41
MINAS GERAIS e ESPIRITO SANTO						
ATE 1 SM	13.1	10.1	9.2	14	14.1	15.7
SEM FILHOS	13.1	0	0	14	0	0
ATE 6 ANOS	0	8	7.4	0	10.6	13.1
7 ANOS OU +	0	17.1	15.6	0	29.3	22.1
MAIS DE 1 SM	46	32.3	26.5	47.1	31.1	28.4
SEM FILHOS	46	0	0	47.1	0	0
ATE 6 ANOS	0	34.5	27.3	0	29	24.6
7 ANOS OU +	0	26.1	25.6	0	43.2	36.4

FONTE: IBGE, CENSOS 70 e 80. TABULACOES ESPECIAIS.

ABELA 10
TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ALFABETIZAÇÃO POR ESCURIDADE

ANOS DE ESTUDO	BRASIL												RIO DE JANEIRO											
	SÃO PAULO				RIO DE JANEIRO				MINEIRO GERAIS				ESPÍRITO SANTO											
	1976	1979	1982	1985	1979	1982	1985	1988	1979	1982	1985	1988	1979	1982	1985	1988								
SEM INSTR. E MENOS DE 1 ANO(ani)	76,4	24,2	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8	22,8								
1 A 4 ANOS	72,2	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8	20,8								
5 A 8 ANOS	69,8	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7	20,7								
9 ANOS E MAIS	79,6	54,1	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5	82,5								

* Percentagem de alunos e alunas em cada nível de escolaridade.
 ** Na PMD 1976 os "sem instrução" incluem os "sem instrução".
 Fonte: ISEE. Tabulação baseada no Censo Demográfico 1981, Tabela 5.4.
 PMD 76, Tabela II.
 Censo 76 e 82, Tabela 3.2.
 Censo 85 e 88, Tabela 25.
 Roseberry, F. e col. (1982), pag. 38.

TABELA 11
TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA POR ESCOLARIDADE E ESTADO CONJUGAL.

ANOS DE ESTUDO	1970								1980							
	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		M GERAIS e E SANTO		BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		M GERAIS e E SANTO	
	SOLT	CASADA	SOLT	CASADA	SOLT	CASADA	SOLT	CASADAS	SOLT	CASADA	SOLT	CASADA	SOLT	CASADA	SOLT	CASADAS
SEM INSTRUCAO E MENOS DE 1 ANO	30.9	6.4	46.9	7.1	28.4	7.5	28	3.5	24.6	13.3	38	16.4	24.5	14.1	21.3	9
1 A 4 ANOS	39.2	8.7	59.8	9.7	25.1	8.3	32.5	6	28.2	17.4	39.9	19.4	20.2	17.2	27.9	12.4
5 A 8 ANOS	38.8	14.6	38.6	13.6	21.6	15.7	22.7	14.7	33.1	22.2	46	21.2	21	22.9	28.2	17.1
9 A 11 ANOS	32.3	20.6	38	14.6	25.1	22	24.3	21.6	57.8	43.2	66.3	37.7	52.2	48.5	55.9	46
12 ANOS OU MAIS	67.4	51.7	64.4	48.2	66.8	54.4	73	54	74.4	69	76.8	66.9	68.3	73.2	74.8	67.5

FONTE: IBGE, TABULACOES ESPECIAIS, CENSO 70 e 80

TABELA 12
DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA MASCULINA E FEMININA
POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL

SETOR DE ATIVIDADE		BRASIL			
		1970	1980	1983	1985
PRIMARIO					
ATIVIDADES AGROPECUARIA EXTRACAO VEG E PESCA	HOMENS	50,6	35,2	30,9	33,5
	MULHERES	20,4	13,6	19,3	18,4
SECUNDARIO					
INDUSTRIA TRANSFORMACAO	HOMENS	11,3	16,3	15,4	16,2
	MULHERES	9,9	14	11,1	11,6
INDUSTRIA CONSTRUCAO	HOMENS	7,3	9,9	13,3	8,5
	MULHERES	0,2	0,5	1,9	0,3
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	HOMENS	1,4	1,9	2,5	2,1
	MULHERES	0,2	0,5	0,6	0,4
TERCIARIO					
COMERCIO	HOMENS	29,5	34,2	38	39,5
	MULHERES	69,3	71,3	67,1	69,1
TRANSP E COMUNICACAO	HOMENS	8,1	9,3	10,9	11,1
	MULHERES	6	9,4	9,8	10,4
SERVICOS	HOMENS	5,1	5,3	5,1	4,9
	MULHERES	1	1,2	0,8	0,8
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	5,3	9,7	11,1	11,7
	MULHERES	38,8	33,6	34,4	34,4
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	2,1	2,7	3,1	3,1
	MULHERES	16,1	17,9	16,4	17
OUTRAS*	HOMENS	4,2	4,3	4,7	4,9
	MULHERES	2,6	3,1	3,1	3,3
TOTALS**	HOMENS	4,8	2,7	3,1	3,3
	MULHERES	4,9	3,3	2,7	3
		(23391777)	(31392986)	(32460376)	(35462932)
		(6165447)	(11434238)	(16006117)	(17774004)

* A categoria "outras" foi incluída no terciário porque inclui setores como instituições de crédito e seguro, entre outros, conforme Anexo II nas fontes citadas.

** Os números entre parenteses são os totais sobre os quais foram calculadas as porcentagens e referem-se a PEA total (masculina e feminina em 1970, 1976, 1980) e a população de ocupados e ocupadas em 1983 e 1985.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

..... Censo 80. Mão-de-obra. Tabela 1.8.

..... PNAD 83 e 85. Tabela 3.18.

TABELA 12.1
DISTRIBUICAO DA POPULACAO OCUPADA MASCULINA E FEMININA
POR SETOR DE ATIVIDADE - SAO PAULO

SETOR DE ATIVIDADE	SAO PAULO				
		1970	1980	1983	1985
PRIMARIO					
ATIVIDADES AGROPECUARIA EXTRACAO VEG E PESCA	HOMENS	24,6	13,7	13,5	11,5
	MULHERES	7,3	5,8	7,3	5,1
SECUNDARIO					
INDUSTRIA TRANSFORMACAO	HOMENS	35,2	44,2	40,6	41,6
	MULHERES	20	25	19,9	20,8
INDUSTRIA CONSTRUCAO	HOMENS	24,4	31,9	28,6	30,7
	MULHERES	19,4	24	19,1	20
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	HOMENS	9,5	10,7	10,2	9,3
	MULHERES	0,3	0,5	0,4	0,38
TERCIARIO	HOMENS	0,9	1,6	1,7	1,5
	MULHERES	0,2	0,5	0,5	0,4
COMERCIO					
TRANSP E COMUNICACAO	HOMENS	40,2	40,6	46	46,8
	MULHERES	72,8	67,1	72,8	73,9
SERVICOS	HOMENS	10,6	10,8	12,4	13
	MULHERES	7,4	10	11	11,5
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	6,9	6,1	6,5	5,6
	MULHERES	1,2	1,3	1	1
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	7,9	12,5	15	15,3
	MULHERES	41	32,8	37,8	36,3
OUTRAS*	HOMENS	2,5	3,2	3,8	3,8
	MULHERES	13,7	15,6	16,2	16,9
TOTAIS**	HOMENS	4,5	3,8	3,9	4,3
	MULHERES	2,4	2,6	2,5	3
TOTAIS**	HOMENS	7,8	4	4,5	4,6
	MULHERES	7,1	4,8	4,3	5,1
TOTAIS**		HOMENS (4822619)	(7245299)	74030089	(8222973)
		MULHERES (1550223)	(3166427)	3800338	(4260014)

* A categoria 'outras' foi incluída no terciário porque inclui setores como instituições de crédito e seguro, entre outros, conforme Anexo II nas fontes citadas.

** Os números entre parênteses são os totais sobre os quais foram calculadas as porcentagens e referem-se a PEA total (masculina e feminina em 1970, 1976, 1980) e a população de ocupados e ocupadas em 1983 e 1985.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

_____. Censo 80. Mão-de-obra. Tabela 1.8.

_____. PNAD 83 e 85. Tabela 3.18.

TABELA 12.2
DISTRIBUICAO DA POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA MASCULINA E
FEMININA POR SETOR DE ATIVIDADE - NORDESTE

SETOR DE ATIVIDADE		NORDESTE				
		1970	1976	1980	1983	1985
PRIMARIO						
ATIVIDADES AGROPECUARIA EXTRACAO VEG E PESCA	HOMENS	68.7	62.1	60.8	39.5	53
	MULHERES	36.7	43.9	28.4	29.5	39
SECUNDARIO						
INDUSTRIA TRANSFORMACAO	HOMENS	11.4	17	19.2	33.1	17.7
	MULHERES	7.4	9.4	10.1	15.9	11.7
INDUSTRIA CONSTRUCAO	HOMENS	11.4	7.4	8.6	22.7	7.4
	MULHERES	0	0.3	0.4	6	0.2
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	HOMENS		1.8	1.7	2.7	2.1
	MULHERES		0.4	0.6	0.7	0.6
TERCIARIO						
COMERCIO	HOMENS	19.9	20.9	20	27.4	28.1
	MULHERES	55.9	46.7	61.5	54.6	57.1
TRANSP E COMUNICACAO	HOMENS	6.5	7.1	2.9	9.6	9.8
	MULHERES	4.7	6.5	17.3	8.7	9.3
SERVICOS	HOMENS	3.3	3.1	4	3.5	3.6
	MULHERES	0.5	0.5	0.7	0.5	0.4
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	3.2	4.1	2.7	5.7	7.6
	MULHERES	32.3	22.9	18	24.6	26.4
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	1.4	1.6	2.1	2.2	2.2
	MULHERES	12.7	11.9	16.9	15.3	16
OUTRAS*	HOMENS	2.8	2.6	3.6	3.5	4.1
	MULHERES	2.2	1.9	3.1	3.1	3.4
TOTALS**	HOMENS	2.7	2.4	4.7	2.9	2
	MULHERES	3.5	3	5.5	2.4	1.6
		6742277	(8321112)	(7564770)	(8929654)	(9792735)
		1611512	(3270666)	(2828196)	(4365680)	(4856839)

* A categoria "outras" foi incluída no terciario porque inclui setores como instituicoes de credito e seguro, entre outros, conforme Anexo II nas fontes citadas.

** Os numeros entre parenteses sao os totais sobre os quais foram calculadas as porcentagens e referem-se a PEA total masculina e feminina em cada periodo.

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 21.

..... Censo 80. Mao-de-obra. Tabela 1.8.

..... PNAD 76. Tabela 21.

..... PNAD 83 e 85. Tabela 3.13.

TABELA 12.3
DISTRIBUICAO DA PEA MASCULINA E FEMININA POR
SETOR DE ATIVIDADE - 1976-1985

SETOR DE ATIVIDADE		MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	
		1976	1985
PRIMARIO	HOMENS	47,7	43,7
	MULHERES	19	16,3
SECUNDARIO	HOMENS	23,8	22,7
	MULHERES	7,8	8
INDUSTRIA TRANSFORMACAO	HOMENS	11,7	11,5
	MULHERES	6,8	7,2
INDUSTRIA CONSTRUCAO	HOMENS	9,7	8,8
	MULHERES	0,3	0,3
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	HOMENS	2,3	2,3
	MULHERES	0,3	0,4
TERCIARIO	HOMENS	26,9	30,7
	MULHERES	73	75,5
COMERCIO	HOMENS	8,9	9,5
	MULHERES	7,7	9
TRANSP E COMUNICACAO	HOMENS	5,3	4,6
	MULHERES	1	0,7
SERVICOS	HOMENS	7,1	9,8
	MULHERES	41,3	42,7
ATIVIDADES SOCIAIS	HOMENS	2,1	2,7
	MULHERES	19	18
ADMINISTRACAO PUBLICA	HOMENS	3,3	4
	MULHERES	1,9	2,8
OUTRAS	HOMENS	1,3	2,6
	MULHERES	1,8	2,2
TOTAL DA PEA	HOMENS	(3742467)	(4654547)
	MULHERES	(1231403)	(2124220)

Fontes: IBGE. PNAD 76. Tabela 21.

_____. PNAD 85. Tabela 3.18.

TABELA 13

PARTICIPACAO FEMININA NOS EMPREGOS DO MERCADO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE E AREA GEOGRAFICA

1985

SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		MG E ES	
	TOTAL	% MULHERES	TOTAL	% MULHERES	TOTAL	% MULHERES	TOTAL	% MULHERES
TOTAL	20491484	32,4	6894116	30,9	3213050	36,9	2248948	28,4
EXTR MINERAL	135780	5,7	13538	6,5	20350	7,3	37397	4,3
IND TRANSFORM	5080079	25,5	2427026	25,2	513042	23	439191	21
CONSTR CIVIL	820104	4,5	227614	4,8	168418	4,2	130360	3,2
S I UTIL PUBL	294017	13,3	59503	13,6	66626	14,9	32677	11,8
COMERCIO	2584723	32,4	820480	31,7	362837	33,1	276590	30,2
SERVICOS	6111637	33	2087471	34	823867	32,6	676132	31,2
ADM PUBLICA	4395325	50,2	902482	50,4	1102862	57,5	440837	48,8
AGROPECUARIA	319727	14,7	113952	16,4	44487	16,2	67558	15,1
OUTROS	750092	19,3	242050	22,3	110561	18	148206	11,6

FONTE: MTb, Rais/85.

TABELA 14
 RELACAO ENTRE MERCADO DE TRABALHO GLOBAL E MERCADO ORGANIZADO
 BRASIL E SAO PAULO, 1985

REGIAO E SEXO	PNAD*	RAIS**	Z RAIS/PNAD
BRASIL			
Total	53206396	20491484	38,5
Homens	35462932	13852244	39,1
Mulheres	17744004	6639240	37,4
SAO PAULO			
Total	12482987	6894116	55,2
Homens	8222973	4763835	57,9
Mulheres	4260014	2130281	50
NORDESTE			
Total	14649574	3213050	21,9
Homens	9792735	2026902	20,6
Mulheres	4856839	1186148	24,4
M. GERAIS E E. SANTO			
Total	6778768	2248948	33,1
Homens	4654547	1609920	34,5
Mulheres	2124220	639028	30

* Populacao ocupada.

** Numero de empregos.

Fontes: MTb. RAIS 85.

IBGE. PNAD 85. Tabela 3.1.

TABELA 15

DISTRIBUICAO PERCENTUAL DE EMPREGOS NO SETOR FORMAL POR REGIAO E SEXO,
SEGUNDO A NATUREZA DO VINCULO EM 1985

REGIAO	TOTAL	NATUREZA DO VINCULO			
		CLT	ESTATUTARIO	OUTROS	
BRASIL	TOTAL	20491484	17438571	2213229	839684
	HOMENS	13861355	88.2	8.2	3.7
	MULHERES	6630129	78.7	16.3	5
	ZC (TOTAL NA COLUNA)	32.4	29.9	48.7	39.7
SAO PAULO	TOTAL	6894116	6063946	389294	440876
	HOMENS	4766002	91	4.5	4.6
	MULHERES	2128114	81.1	8.3	10.6
		30.9	28.5	45.1	51.1
NORDESTE	TOTAL	3213050	2543998	523805	145247
	HOMENS	2026902	83.8	11.6	4.6
	MULHERES	1186148	71.3	24.4	4.3
		36.9	33.3	55.3	34.9
MINAS GERAIS E ESP. SANTO	TOTAL	2248948	1948944	232547	67457
	HOMENS	1609920	90.6	5.9	3.5
	MULHERES	639028	76.8	21.5	1.7
		28.4	25.2	59	16.6

FONTE: MTb. RAIS 85

TABELA 16
PORCENTAGEM DE EMPREGADOS E EMPREGADAS QUE NAO POSSUEM CARTEIRA PROFISSIONAL ASSINADA PELO EMPREGADOR

	BRASIL			SAO PAULO			NORDESTE			MINAS GERAIS	ESPIRITO SANTO
	1976	1983	1985	1976	1983	1985	1976	1983	1985	1985	1985
Homens	34,8	45,5	40,5	23,2	28,5	24,7	54,4	68,8	60,8	50,7	51,3
Mulheres	47,4	50,7	48,9	37,1	42,6	41,4	61,4	62,5	58,6	64,4	53,6
ATIVIDADES AGRICOLAS											
Homens	80,6	88,6	82,1	65,4	78,4	55,1	84,1	92,9	89,4	85,3	87,2
Mulheres	87,5	93,7	86,2	74,7	86,3	58	92,7	96,2	92	93,2	89,4
ATIVIDADES NAO AGRICOLAS											
Homens	22,4	34,6	28,8	16,4	21,9	21,3	35,4	70	42,7	31,2	25,7
Mulheres	43,9	54,5	46,1	34,2	40,3	40,8	55	58,1	52,2	61,2	48,6

Fontes: IBGE. PNAD 76. Tabela 21.

----- PNAD 83 e 85 Tabela 3.22

TABELA 17
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DA PEA MASCULINA E FEMININA POR GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASIL						SÃO PAULO						NORDESTE						MINAS GERAIS						ESPÍRITO SANTO					
	1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980			
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES		
1. Ocupações técnicas, científicas, religiosas, artísticas e afins	2,4	13,5	3,8	13,4	3,7	11,1	5,3	11,1	1,2	10,7	2,4	12,7	1,8	16,9	3,1	15,7	1,8	19,7	1,8	15,7	3,1	16,9	1,8	19,7	3,1	15,7	3,1	15,3		
2. Ocupações administrativas	10,1	19,3	10,7	14,6	15,5	14,2	15,4	17,9	6,3	6,7	6,3	9,4	8,9	7,7	10,1	12,4	9,3	8,7	9,3	12,4	8,9	7,7	9,3	8,7	10,1	9,9	14,2			
3. Ocupações da agropecuária e produção extrativa vegetal e animal	49,7	29,3	33,5	13,4	29,8	7,2	12,3	5,7	48,1	36,8	53,7	29,1	56,8	11	36,9	8,5	57,3	17,9	38	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2	12,2		
4. Ocupações da produção extrativa mineral	0,5	0,02	0,4	0,02	0,2	0	0,1	0	0,3	0	0,5	0	1	0	0,7	0	0,4	0,1	0,5	0	0,5	0	0,4	0,1	0,5	0,5	0			
5. Ocupações da indústria de transformação e construção civil	16	10,9	23	12,7	21,3	15	32,1	16,9	10,2	12,4	14,7	11,5	14,1	8,9	23,5	9,9	13,5	6,2	21,6	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2		
6. Ocupações do comércio e atividades auxiliares	4,8	4,1	7,4	7,8	7,1	5	8,9	8	3,3	2,4	6,5	6,7	3,9	3,2	6,7	7,1	3,8	3,4	7	7,6	7,6	7,6	7,6	7,6	7,6	7,6	7,6	7,6		
7. Ocupações do transporte e das comunicações	4,8	0,7	5,8	0,8	6,5	1	7,1	1	3	0,3	4,1	0,5	4,2	0,7	5,4	0,6	4,9	0,7	6	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7	6,7		
8. Ocupações da prestação de serviços	1	33	4,8	30,4	1,5	35,8	6,2	39,1	0,3	30,4	3,6	23,8	0,8	45,1	3,8	39,6	0,8	37,5	3,8	35,1	3,8	35,1	3,8	35,1	3,8	35,1	3,8	35,1		
9. Ocupações da defesa nacional e segurança pública	1,9	0,03	2	0,1	1,8	0,03	1,7	0,1	1,2	0,01	1,4	0	1,3	0	1,3	0	0,8	0	1,5	0	1,5	0	1,5	0	1,5	0	1,5	0		
10. Outras ocupações, não definidas ou não declaradas	8,8	7,2	6,5	3,9	14,6	10,2	9,4	5,2	2,4	3,8	4,2	5,7	6,7	6	5,9	3	6,9	5,2	6,4	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6		
TOTAL DA PEA (1980)	(23391777)	(6165447)	(31392986)	(11042726)	(4022619)	(1549253)	(7245299)	(3166427)	(6729431)	(1615132)	(8580458)	(3889106)	(2888888)	(481772)	(3541772)	(1154418)	(382307)	(74886)	(539526)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	(171079)	

Fontes: IBGE, Censo 70, Tabela 16.
..... Censo 80, Rio-de-Janeiro, Tabela 1.9.

TABELA 18
DISTRIBUICAO DA PEA FEMININA POR ALGUMAS OCUPACOES

OCUPACOES	BRASIL				SAO PAULO				NORDESTE				MINAS GERAIS				ESPIRITO SANTO			
	1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980	
	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA	NUMERO ABSOLUTO	% DA PEA
EMPREGADAS DOMESTICAS	1453384	26,8	2367616	20	485746	31,3	633783	20	299430	17,9	471067	15,2	238422	36,5	329319	27,5	23827	30,7	36226	21,1
TRABALHADORAS NA AGROPECUARIA	1134546	18,4	1427695	12	112973	7,3	178968	5,7	594482	36,8	900716	29,1	72014	11	101907	8,5	13479	18	20949	12,2
PROFESSORAS E AUXILIARES	638637	10,4	938837	7,9	125865	8,1	186031	5,9	138225	8,5	259204	8,3	95630	14,6	137384	11,5	12328	16,7	18601	10,8
SECRETARIAS (FUNCOES BUROCRATICAS DE ESCRITORIO)	489395	7,9	1428967	12,1	189929	11,7	321803	16,5	50050	3	263945	8,5	35598	5,4	120660	10,1	4793	6,4	20065	11,7
OPERARIAS NA INDUSTRIA DO VESTUARIO	422337	6,9	841262	7,1	118884	7,2	246637	7,8	153405	9,4	211214	6,8	36769	5,6	77025	6,4	3570	4,7	10232	5,9
BALCONISTAS OU LOJISTAS	233116	3,8	753868	6,4	70574	4,5	416024	13,2	41390	2,5	225924	7,3	19945	3	75632	6,3	2462	3,2	11237	6,5
TOTAL NESSAS OCUPACOES	4573415	74,2	7758245	65,5	1086971	70,1	2104046	69	1260002	78,5	2332070	75,5	498378	76,4	841927	70,4	59859	79,9	117330	68,5
PEA TOTAL FEMININA	6165447	100	11842726	100	1530223	100	3166427	100	1615152	100	3089106	100	651727	100	1194418	100	74880	100	171079	100

Fontes: IBGE. Censo 70. Tabela 26.

..... Censo 80. Mão-de-obra. Tabela 1.9.

TABELA 19
MEDIANA DO RENDIMENTO MEDIO MENSAL DA PEA POR SEXO E GRUPOS OCUPACIONAIS - 1980

GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASIL		SAO PAULO		MG	ES	NE	
	Hs	Mh	Hs	Mh	Hs	Mh	Hs	Mh
Ocupacoes administrativas	3.9	2.2	4.5	2.5	3.8	1.9	2.7	1.6
Ocupacoes tecnicas, cientificas, artisticas e assemelhadas	6.8	2.1	8.1	3.7	6.0	1.7	4.4	1.1
Ocupacoes da industria de trans- formacao e construcao civil	1.8	1.1	2.4	1.4	1.5	0.9	1.2	0.5
Ocupacoes do comercio e ativida- des auxiliares	2.2	1.2	3.2	1.4	2.0	1.1	1.4	0.9
Ocupacoes do transporte e comuni- cacoes	2.5	1.9	2.9	2.3	2.4	1.7	1.8	1.3
Ocupacoes da prestacao de servi- cos	1.3	0.7	1.6	0.9	1.2	0.5	0.9	0.4
Ocupacoes da agropecuaria, produ- cao vegetal e animal	0.8	0.2	1.1	0.7	0.8	0.4	0.6	0.3
Ocupacoes da producao extrativa mineral	1.5	0.5	2.0	3.0	1.3	0.6	1.1	0.4
TOTAL	1.4	1.0	2.4	1.4	1.3	0.8	0.8	0.5

Fonte: IBGE. Censo 80. Tabela 1.9.

TABELA 20
MEDIANA DO RENDIMENTO MEDIO MENSAL DA PEA POR SEXO E ALGUNS GRUPOS OCUPACIONAIS SELECIONADOS - 1980

GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASIL		SAO PAULO		MG	ES	NE	
	Hs	Mh	Hs	Mh	Hs	Mh	Hs	Mh
Engenheiros, Arquitetos e Assemelhados	17.0	9.0	17.3	8.3	17.1	8.4	15.4	8.7
Médicos, Dentistas e Assemelhados	15.8	6.9	16.9	7.3	15.0	6.7	13.7	6.6
Matemáticos, Estatísticos e Analistas de Sistemas	16.6	10.6	16.5	10.8	16.6	9.0	13.7	6.2
Magistrados, Advogados e Especialistas Assemelhados	15.1	7.5	15.6	7.5	13.9	6.1	14.7	7.8
Diretores e Chefes da Administração Pública	8.2	5.0	9.0	7.7	7.4	4.5	6.3	3.2
Administradores e Gerentes de Empresa	6.0	3.5	9.0	4.3	4.3	2.8	2.9	2.6
Mestres, Contra mestres e Técnicos na Indústria	5.0	2.9	6.5	3.0	5.1	3.5	3.7	2.9
Funções Burocráticas ou de Escritório	2.4	2.0	2.7	2.3	2.2	1.7	2.0	1.4
Ocupações do Comércio	2.2	1.2	3.2	1.4	2.0	1.1	1.4	0.9
Ocupações da Indústria	1.8	1.1	2.4	1.4	1.5	0.9	1.2	0.5
Ocupações da Prestação de Serviços	1.3	0.7	1.6	0.9	1.2	0.5	0.9	0.4
Ocupações da Agropecuária e Extração Vegetal e Animal	0.8	0.2	1.1	0.7	0.8	0.4	0.6	0.3
TOTAL	1.4	1.0	2.4	1.4	1.3	0.8	0.8	0.5

Fonte: IBGE. Censo 80. Tabela 1.9.

TABELA 21
 MEDIANA DO RENDIMENTO MEDIO MENSAL DA PEA POR SEXO, EM ALGUMAS OCUPACOES "FEMININAS"*
 1980

OCUPACOES	BRASIL			SAO PAULO			MG		ES		NE	
	% DE Hs	MEDIANA DA RENDA		% DE Hs	MEDIANA DA RENDA		% DE Hs	MEDIANA DA RENDA		% DE Hs	MEDIANA DA RENDA	
		Hs	Ms		Hs	Ms		Hs	Ms		Hs	Ms
Funcoes burocraticas ou de escritorio	48.7	2.4	2.0	50.8	2.7	2.3	46.3	2.2	1.7	49.3	2.0	1.4
Ocupacoes auxiliares da medicina e odontologia	78.3	2.5	1.6	77.3	2.9	2.1	81.8	2.3	1.6	82.0	1.9	1.1
Cientistas sociais	88.4	7.9	5.5	88.8	9.2	5.5	86.1	4.5	4.2	91.8	6.1	5.8
Professores	86.6	5.3	1.9	82.2	7.7	4.1	86.3	4.4	1.9	89.7	3.3	0.9
Ocupacoes auxiliares do ensino	81.2	2.9	2.8	71.1	4.3	3.1	83.7	2.9	3.3	87.3	1.7	1.8
Ocupacoes da industria textil	60.1	1.8	1.0	52.1	2.2	1.5	55.0	2.0	1.3	76.0	1.0	0.2
Ocupacoes da industria do vestuario	80.7	1.5	1.0	78.7	1.9	1.3	73.5	1.5	1.2	87.2	0.9	0.5
Ocupacoes das comunicacoes	55.4	2.7	2.0	60.6	3.0	2.4	60.3	2.5	1.8	52.3	2.2	1.4
Ocupacoes domesticas remuneradas	95.6	1.0	0.5	94.4	1.2	0.8	97.9	0.9	0.5	95.6	0.5	0.3
Ocupacoes dos servicos de alojamento e alimentacao	51.9	1.4	1.1	51.8	1.7	1.3	60.8	1.3	1.1	54.0	1.0	0.7
Ocupacoes dos servicos de higiene pessoal	82.6	1.6	0.6	75.0	2.5	1.2	73.4	1.6	1.0	86.9	1.1	0.4
TOTAL	27.4	1.4	1.0	30.4	2.4	1.4	27.7	1.5	1.0	25.6	0.8	0.5

* Com cerca de 50% ou mais de mulheres.

Fonte: IBGE. Censo 80. Tabela 1.9.

TABELA 22
 MEDIANA DA REMUNERACAO (EM SALARIOS MINIMOS) NO MES DE DEZEMBRO DOS
 EMPREGOS EM 31.12.85, SEGUNDO A REGIAO, O SEXO E TEMPO DE SERVICO

REGIAO		TOTAL	TEMPO DE SERVICO					
			0 A 6 MESES	6 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 5 ANOS	5 ANOS OU MAIS
BRASIL	HOMENS	2.3	1.6	1.8	1.9	2.1	2.5	4.1
	MULHERES	1.8	1.4	1.5	1.6	1.7	1.9	2.9
SAO PAULO	HOMENS	2.8	1.8	2.0	2.5	2.6	3.1	5.0
	MULHERES	1.9	1.5	1.6	1.8	1.9	2.2	3.3
REGIAO NORDESTE	HOMENS	1.8	1.5	1.5	1.6	1.7	1.9	2.8
	MULHERES	1.6	1.2	1.3	1.4	1.4	1.7	2.1
MINAS GERAIS E ESP. SANTO	HOMENS	1.8	1.4	1.5	1.6	1.7	2.0	3.7
	MULHERES	1.8	1.1	1.3	1.4	1.5	2.0	3.0

FONTE: MTb, RAIS 85

TABELA 23
 MEDIANA DA RENDA MENSAL, EM SALÁRIOS MÍNIMOS
 NO MERCADO DE TRABALHO GLOBAL E NO MERCADO FORMAL, POR SEXO E REGIÕES
 1980 e 1985

	MEDIANAS DA RENDA	
	MERCADO GLOBAL CENSO/1980	MERCADO FORMAL RAIS/1985
BRASIL		
Homens	1.4	2.3
Mulheres	1.0	1.8
SAO PAULO		
Homens	2.4	2.8
Mulheres	1.4	1.9
REGIÃO NORDESTE		
Homens	0.8	1.8
Mulheres	0.5	1.6
MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO		
Homens	1.3	1.8
Mulheres	0.8	1.8

Fontes: IBGE. Censo 80. Tabela 1.20.
 Mtb. RAIS 85.

TABELA 24

MEDIANA DA RENDA MENSAL EM SALARIOS MINIMOS, NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL (RAIS)
 POR SETOR DE ATIVIDADE, SEXO E REGIAO, EM 31.12.85

	BRASIL		SAO PAULO		NORDESTE		M GERAIS e E SANTO	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	2.3	1.8	2.8	1.9	1.8	1.6	1.8	1.8
EXTRATIVA MINERAL	2.5	2.9	2.1	2	2.3	2.4	2.3	2.6
IND DE TRANSFORMACAO	2.7	1.7	3.5	1.9	1.7	1.4	2	1.3
CONSTRUCAO CIVIL	1.9	1.9	2.1	2.3	1.6	1.7	1.8	1.9
SERV IND DE UTIL PUB	4.6	4.4	5.1	4.6	4	4	4.9	4.4
COMERCIO	1.7	1.6	1.9	1.7	1.5	1.3	1.5	1.3
SERVICOS	2.4	1.8	2.7	1.9	2	1.7	2.1	1.7
ADM PUBLICA	2.6	2.3	2.9	2.6	2	1.8	2.4	3
AGROPECUARIA	1.6	1.3	1.7	1.4	1.4	1.1	1.4	1
OUTROS	1.4	1.3	1.6	1.4	1.5	1.1	0.9	0.9

FONTE: MTb. RAIS 85.

TABELA 25
 TAXAS MEDIAS ANUAIS DE DESOCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS
 REGIÕES METROPOLITANAS, 1983 A 1986

PERIODO	MEDIA DAS REGIÕES METROPOLITANAS*	RECIFE	BELO HORIZONTE	SAO PAULO
1983	6,7	7,98	7,77	6,8
1984	7,12	8,98	8,28	6,78
1985	5,25	7,2	5,72	5,03
1986	3,58	4,38	3,72	3,34

* Inclui todas as cidades da pesquisa mensal de emprego - PME do IBGE, inclusive Salvador e Rio de Janeiro.

Fontes: IBGE. Anuario Estatistico 1986. p. 116.

TABELA 26
TAXAS DE DESEMPREGO MEDIO ANUAL* POR SEXO E ALGUMAS FAIXAS ETARIAS
REGIOES METROPOLITANAS - 1986

FAIXAS ETARIAS	SAO PAULO		RECIFE		BELO HORIZONTE	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
15 a 19 anos	7,2	10	7,8	10	8,4	9,5
20 a 24 anos	5,4	4,9	6,8	10,3	5,8	7,1
25 a 29 anos	3,4	3,8	4,9	7,9	3,4	4,4

* Pessoas desocupadas em relacao as pessoas economicamente ativas.
 Medias das taxas de desemprego mensal.

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE, vol. 6, no. 8, ago. 87, p. 25, 26, 27.

TABELA 27
 TAXAS DE DESOCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA
 DA GRANDE SÃO PAULO - 1986

MESES DO ANO	PME / IBGE	DIEESE
JANEIRO	4,09	9,9
FEVEREIRO	4,4	10,5
MARÇO	4,19	11,5
ABRIL	4,06	11,6
MAIO	3,73	10,9
JUNHO	3,37	10,3
JULHO	3,09	9,7
AGOSTO	3,2	9,7
SETEMBRO	2,93	9,5
OUTUBRO	2,89	9
NOVEMBRO	2,43	8,2
DEZEMBRO	1,75	7,3

Fontes: IBGE. Anuário Estatístico 1986
 p. 116. SEADE, 1987.

TABELA 28
 TAXAS DE DESEMPREGO E DISTRIBUICAO DOS DESEMPREGADOS,
 SEGUNDO TIPO DE DESEMPREGO, POR SEXO
 GRANDE SAO PAULO
 OUTUBRO DE 1984 A AGOSTO DE 1985

TIPOS DE DESEMPREGO	SEXO			
	MULHERES		HOMENS	
	TAXA	Z	TAXA	Z
TOTAL	16,4	100	11	100
DESEMPREGO ABERTO	10,7	65,3	6,6	59,8
DESEMPREGO "OCULTO" PELO DESALENTO	2,9	17,4	0,9	7,8
DESEMPREGO "OCULTO" PELO TRABALHO PRECARIO	2,8	17,3	3,6	32,4

Fonte: Haga, 1986.

FONTES DAS TABELAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. Anuário RAIS, 1985.

FUNDAÇÃO IBGE/UNICEF. Perfil Estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977. Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO IBGE. Anuário Estatístico 1986. Rio de Janeiro, 1987.

_____. Indicadores IBGE. Rio de Janeiro, 6:(8), ago. 1987.

_____. Censo Demográfico: São Paulo, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Brasil, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Maranhão, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Piauí, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Ceará, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Rio Grande do Norte, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Paraíba, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Pernambuco, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Alagoas, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Sergipe, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Bahia, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Minas Gerais, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Espírito Santo, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Paraná, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Santa Catarina, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Censo Demográfico: Rio Grande do Sul, 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. PNAD: São Paulo, 1976. Rio de Janeiro, 1977.

- FUNDAÇÃO IBGE. PNAD: Brasil, 1976. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. PNAD: Minas Gerais e Espírito Santo, 1976. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. PNAD: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 1976. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. PNAD: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, 1976. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Brasil, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: São Paulo, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Maranhão, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Piauí, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Ceará, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Rio Grande do Norte, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Paraíba, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Pernambuco, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Alagoas, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Sergipe, 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. Censo Demográfico mão-de-obra: Bahia, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico mão-de-obra: Minas Gerais, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Censo Demográfico mão-de-obra: Espírito Santo, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Censo Demográfico mão-de-obra: Paraná, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Censo Demográfico mão-de-obra: Santa Catarina, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. Censo Demográfico mão-de-obra: Rio Grande do Sul, 1980. Rio de Janeiro, 1983.

_____. PNAD: São Paulo, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Brasil, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Minas Gerais, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Espírito Santo, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Paraná, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Santa Catarina, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Rio Grande do Sul, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Maranhão, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Piauí, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Ceará, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Rio Grande do Norte, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Paraíba, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Pernambuco, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Alagoas, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Sergipe, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Bahia, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: Brasil, Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas, 1983. Rio de Janeiro, 1984.

_____. PNAD: MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, 1985. Rio de Janeiro, 1986.

FUNDAÇÃO IBGE. PNAD: Brasil, 1985. Rio de Janeiro, 1986.

_____. PNAD: MA, PI, CE, RGN, PB, PE, AL, SE, BA, 1985. Rio de Janeiro, 1986.

_____. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico: 1980, 1 (2). Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego na Grande São Paulo. Boletim 34, 1987.

HAGA, Atsuko. A participação atual da mulher no mercado de trabalho. Revista da Fundação SEADE, São Paulo, 2 (1), jan./ab. 1986.

ROSEMBERG, F. e col. A educação da mulher no Brasil. São Paulo, Global, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo, HUCITEC, 1986.
- BRASIL. Ministério do Interior: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Aspectos do quadro social do Nordeste. Recife, 1985.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil. Rio de Janeiro, SENAI, 1976.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (28):5-20, mar. 1979.
- _____. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. São Paulo, Nobel, CECF, 1985.
- _____. Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo. São Paulo, 1986. Tese (doutor.). Dep. Ciências Sociais FFLCH-USP.
- _____. O trabalho da mulher brasileira nos anos setenta e oitenta: comparações regionais: relatório preliminar. São Paulo, 1988.
- BRUSCHINI, M.C.A. & MADEIRA, Felícia Reicher. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. Cadernos CERU. São Paulo (18):147-86, maio, 1983.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Produção e emprego no Brasil na primeira metade da década de 80. Nova Friburgo, 1988. [Apresentado no seminário de Avaliação Metodológica das PNAD's, patrocinado pela ABEP.]
- CALÁBRIA, Francisca. Força de trabalho feminino no Nordeste: 1950-1980. Boletim sobre população, emprego e renda no Nordeste. Recife, 5(1-3):49-62, jan./dez. 1986.
- CATA/SES/Mtb. Seguro-Desemprego. Informativo, out. 1987.

- COSTA, Albertina de Oliveira et alii. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa. São Paulo (54):5-51, ago. 1985.
- COSTA, Letícia Borges. Participação da mulher no mercado de trabalho. São Paulo, IPE/CNPq, 1984.
- FIBGE. Censo Demográfico mão-de-obra: São Paulo; 1980. Rio de Janeiro 1983.
- FIBGE. DEISO. Relatório 1979. Rio de Janeiro, 1979.
- FILGUEIRAS, Cristina. Diagnóstico da mulher nos anos 80: Minas Gerais e Espírito Santo; relatório parcial. Belo Horizonte, 1988. mimeo.
- GOMES, Gustavo Maria. Da recessão de 1981-1983 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente. Boletim Sócio-Econômico do Nordeste. Recife, SUDENE, 1(1), 1987.
- HAGA, Atsuko. A participação atual da mulher no mercado de trabalho. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, 2 (1), jan./abr. 1986.
- HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. Revista de Economia Política, 4(4): 89-107, out./dez. 1984.
- JATOBÁ, Jorge. Mercado de trabalho e crise: o caso do Nordeste, 1981-1983. In: ENCONTRO ABEP, V. Águas de S. Pedro, Anais. São Paulo, 1986. p. 983-1003.
- INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO. Relatório geral do Seminário: a mulher na força de trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, 1979.
- LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminino no Brasil. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (32):45-59, fev. 1980.
- LIMA, Beatriz Melo Flores de. Criptoeconomia ou economia subterrânea. São Paulo, 1985. mimeo.

- MADEIRA, Felícia Reicher & SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos CEBRAP. São Paulo (13), 1971.
- MEDICI, André Cezar. O mercado de trabalho brasileiro na conjuntura recente: 1976-1983. 1984. mimeo.
- MIRANDA, Glaura Vasques. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (15):21-36, dez. 1975.
- NACIONES UNIDAS. Compilacion de indicadores sociales de la situación de la mujer. Nueva York, 1984. [Estudios de Metodos, serie F; 32.]
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes & VIANA, Marcia Coelho S. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. IBGE/DEISO 1986. mimeo.
- OLIVEIRA, Zuleica Lopes. A crise e os arranjos familiares de trabalho urbano. Águas de São Pedro, SP, 1987. mimeo.
- PAIVA, Paulo de Tarso A. A mulher no mercado de trabalho urbano. 1980. [Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Estudos Populacionais II. Águas de São Pedro].
- ROSEMBERG, Fúlvia et al. A educação da mulher no Brasil. São Paulo, Global, 1982.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A educação da mulher: uma avaliação da década da mulher. São Paulo, NOBEL, CECF, 1985.
- SABÓIA, João. Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão 1980/1983. Rio de Janeiro. UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1985.
- SABÓIA, João & TOLIPAN, Ricardo. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil: uma nota. Rev. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 15(2): 447-56, ago. 1985.

- SARTI, Cyntia. Trabalho feminino: de olho na literatura. Lit Econ., 7(1):93-116, 1985.
- SEADE/DIEESE. Mulher e trabalho na grande São Paulo. Boletim. São Paulo (8), set. 1985.
- SERRA, José. Crescimento econômico e condições básicas de vida da população: notas sobre o caso do Brasil. In: ENCONTRO DA ABEP, Anais. Vitória, 1982. p. 51-77.
- SOUTO MAIOR, Heraldo P. Mulher e trabalho no Nordeste nas estatísticas oficiais: 1970-1985. Recife, Fundação Carlos Chagas/UFPe, 1980. mimeo.
- SPINDEL, Cheywa R. O "uso" do trabalho da mulher na indústria do vestuário. In: BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina de Oliveira (org.) Mulher, mulheres. São Paulo, Cortez, 1983.
- _____. A mulher frente à crise econômica dos anos 80 (algumas reflexões com base em estatísticas oficiais) IDESP/PUC-SP. São Paulo, 1987. [nº 18]
- TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá B. et alii. O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In: BARROSO, Carmen & COSTA, Albertina de Oliveira (org.) Mulher, Mulheres. São Paulo, Cortez, 1983.
- WAINERMAN, Catalina H. & LATTES, Zulma Recchini. El trabajo femenino en el banquillo de los acusados: la medición censal en América Latina. México, Terra Nova, 1981.
- WOORTMAN, Klaas. A família trabalhadora. Ciências Sociais Hoje. São Paulo, ANPOCS, Cortez, 1984. p. 69-87.

TEXTOS FCC

- nº 1. "Tendências da Força de Trabalho feminina nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais." Cristina Bruschini.
- nº 2. "A imagem da mulher no livro didático: estado da arte." Esmeralda Vailati Negrão e Tina Amado.
- nº 3. "A educação pré-escolar na região metropolitana de São Paulo: um diagnóstico." Maria Malta Campos e Fúlvia Rosenberg.
- nº 4. "Saúde da Mulher no Brasil: Bibliografia anotada." Supervisão Carmen Barroso.

Equipe responsável

Albertina de Oliveira Costa
Cristina Bruschini
Esmeralda Vailati Negrão

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Av. Prof. Francisco Morato, 1565

05513 SÃO PAULO Brasil

(011)813-4511 Telex (11) 83823 CHAF BR

Caixa Postal 11478

